

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP. PM MT OSMAR LINO FARIAS
CAP. PM GO MARCOS ALVES DOS SANTOS

AFASTAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLICIAIS
MILITARES APÓS TRAUMAS OCACIONADOS PELO
ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA POLICIAL DE ALTO
RISCO, COM DISPARO DE ARMA DE
FOGO EM GOIÂNIA.

Orientador de Conteúdo: José da Rocha Cuelho - MAJ. PM

Orientadora Metodológica: Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Goiania
Agosto - 1999

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLICIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP. PM MT OSMAR LINO FARIAS

CAP. PM GO MARCOS ALVES DOS SANTOS

AFASTAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLICIAIS MILITARES APÓS TRAUMAS OCACIONADOS PELO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA POLICIAL DE ALTO RISCO, COM DISPARO DE ARMA DE FOGO EM GOIÂNIA.

Trabalho técnico-científico apresentado à Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás como parte complementar do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/99.

ORIENTADOR DE CONTEÚDO: José da Rocha Cuelho-MAJ. PM
ORIENTADORA METODOLÓGICA: Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Goiânia
Agosto - 1999

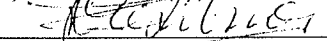
FOLHA DE APROVAÇÃO

ORIENTADORA METODOLÓGICA

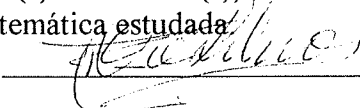
1ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Projeto de Pesquisa: “Afastamento e acompanhamento de Policiais Militares após traumas ocasionados pelo atendimento de ocorrência policial de alto risco, com disparo de arma de fogo em Goiânia”.

Data 26/04/99 Ass.: 

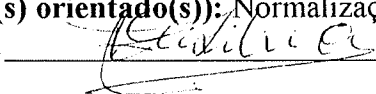
2ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Estruturação física da monografia; parte pré-textual.

Data 10/05/99 Ass.: 

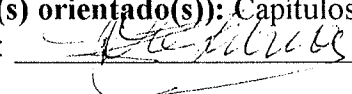
3ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Discussão sobre a Introdução; componentes, em consonância com a temática estudada.

Data 01/06/99 Ass.: 

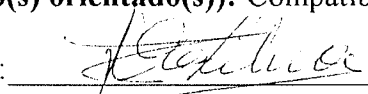
4ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Normalização científica, em geral.

Data 17/06/99 Ass.: 

5ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Capítulos: 1 a 5; seccionamento e normalização.

Data 02/07/99 Ass.: 

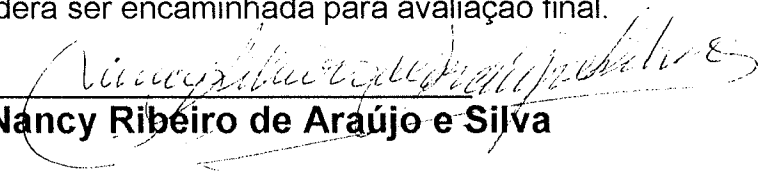
6ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Compatibilização da Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

Data 28/07/99 Ass.: 

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

PARECER DA ORIENTADORA METODOLÓGICA


A presente monografia poderá ser encaminhada para avaliação final.

Data 29, 07, 1999 

Profª. Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

ORIENTANDOS:

OSMAR LINO FARIAS - CAP PM MT 

MARCOS ALVES DOS SANTOS - CAP PM GO 

"É melhor conseguir sabedoria
do que ouro; é melhor ter
conhecimento do que prata"

Provérbios 16:16

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser nosso orientador maior e por ter-nos dado a graça de viver e de poder sentir a sua presença nos guiando em todos os momentos e lugares.

Ao Maj. QOPM José da Rocha Cuelho, nosso orientador, pelo que representa de dedicação, competência e profissionalismo à Polícia Militar do Estado de Goiás e pela forma como se dispôs a nos orientar e incentivar para a consecução deste trabalho.

Ao Bel. Dr. José Fernando de Jesus, perito do Departamento de Polícia Federal, pelo apoio, incentivo e, sobretudo, pela orientação que nos dispensou, contribuindo sobremaneira para que este trabalho alcançasse seu objetivo.

Aos nossos companheiros, colegas e amigos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais-CAO/99, pelo apoio e convivência sadia durante o longo período em que se estendeu o Curso.

A todos os policiais militares que responderam ao questionário colaborando para a realização do presente trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus pelo dom da vida e a meus pais, Geraldo Moreira Farias e Antônia Lino Pereira (in memoriam), por terem ambos pautado e me conduzido, com incansável esforço, ao caminho da dignidade;

À minha esposa Elenita G. de Lima Farias e aos meus filhos Raquel G. Farias e Osmar Júnior G. Farias, cujo convívio, carinho e compreensão aliviou-me o cansaço e fez com que a minha labuta se tornasse em verdadeiro prazer.

Cap. PM Farias

Dedico este trabalho a Deus, por ter me dado a graça de viver e de poder senti-lo presente em cada momento.

Às pessoas especiais de minha vida: meus pais, minha esposa e meus filhos.

Cap. PM Santos

RESUMO

O presente trabalho focaliza os traumas e seqüelas, do ponto de vista psicológico e, principalmente, os prejuízos que causam ou podem causar ao Policial Militar, enquanto profissional e cidadão, à instituição a que pertence e, sobretudo, à sociedade a que serve. É ainda, verificada a necessidade de implantação de um programa de afastamento e acompanhamento de Policiais Militares envolvidos em ocorrências de alto risco com disparo de arma de fogo, visando ao restabelecimento do seu equilíbrio emocional. Parte-se da hipótese de que o Policial Militar, pelo constante convívio com a violência e com o risco, poderá com eles se acostumar e se tornar frio, descomedido em suas ações, ao ponto de deixar de observar os dispositivos legais que norteiam o seu trabalho, passando a agir, apenas, e, tão somente, de acordo com a sua emoção ou vontade própria. Os dados colhidos mostram que, de fato, o convívio constante com o perigo provoca mudanças acentuadas no comportamento do Policial. As alterações comportamentais encontradas são as mais variadas possíveis, ou seja, insônia, perda do apetite, agressividade com familiares, "stress". Um número bastante significativo de policiais aponta, também, outros tipos de problemas, como: pânico no atendimento das ocorrências posteriores, medo de retaliação por parte do marginal ou de seus familiares, sensação de vulnerabilidade, ansiedade e redução da função sexual. É verificado, também, que a PMGO não tem prestado qualquer tipo de apoio assistencial aos Policiais Militares envolvidos em ocorrência de alto risco. Grande número dos pesquisados são contra o afastamento do PM da atividade-fim quando ocorrer o evento morte, mas admitem o afastamento quando ficar comprovada a existência de seqüelas emocionais, tais como: medo no atendimento de ocorrência, agressividade ou excesso de confiança. Pela pesquisa, é comprovado, também, que a maioria dos Policiais Militares são favoráveis à criação de um programa de apoio, avaliação e assistência psicológica a todos que se envolverem em ocorrência de alto risco.

SUMÁRIO

RESUMO	
INTRODUÇÃO.....	13
1. VIOLÊNCIA URBANA.....	20
1.1. Conceito de violência urbana.....	22
1.2. Violência urbana e organização social.....	23
1.3. Violência e agressão	27
1.3.1. Conceito de violência	29
1.3.2. Conceito de agressão.....	30
1.4. Origem do comportamento agressivo.....	32
1.4.1. Resultantes de um instinto agressivo	32
1.4.2. Resultantes da conjugação de aprendizagem e de fatores situacionais.....	34
1.4.3. Resultantes de fatores sociológicos	38
1.4.4. Outros Fatores.....	39
2. O ESTRESSE.....	41
2.1. Estressores.....	50
2.2. Fases do “stress”	52
2.3. O Estresse na atividade Policial Militar.....	55
3. SEQÜELAS ORIUNDAS DO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA DE ALTO RISCO COM DISPARO DE ARMA DE FOGO.....	58
3.1. Fases das seqüelas oriundas do atendimento de ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo.....	63
3.2. Influência das seqüelas no atendimento de ocorrências futuras	65

3.2.1. O policial militar influenciando o resultado da ocorrência	66
3. 2. 2. Influência da ocorrência sobre o Policial Militar	73
4. CRIAÇÃO DE PROGRAMA ASSISTENCIAL.....	80
4.1. Programas assistenciais existentes	82
4.1.1. No Brasil.....	83
4.1.2. Nos Estados Unidos da América.....	90
5. PESQUISA DE CAMPO.....	95
5.1. Caracterização da população	95
5.2. Apresentação e análise dos dados coletados.....	97
5.3. Análise da pesquisa de campo	115
CONCLUSÃO.....	118
PROPOSTA.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	96
Tabela 02	98
Tabela 03	100
Tabela 04	101
Tabela 05	102
Tabela 06	103
Tabela 07	105
Tabela 08	106
Tabela 09	107
Tabela 10	108
Tabela 11	109
Tabela 12	110
Tabela 13	112
Tabela 14	113
Tabela 15	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	97
Gráfico 02	99
Gráfico 03	100
Gráfico 04	101
Gráfico 05	103
Gráfico 06	104
Gráfico 07	105
Gráfico 08	106
Gráfico 09	107
Gráfico 10	108
Gráfico 11	109
Gráfico 12	111
Gráfico 13	112
Gráfico 14	113
Gráfico 15	115

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional desenfreado, o êxodo rural ocasionado pela falta de uma política de incentivos à manutenção do homem no campo, o desemprego, a fome, a miséria, assim como a falta de uma política de estabilização concreta de nossa economia tem aumentado, sobremaneira, o número de favelas e de pessoas vivendo em condições subumanas. Como seqüela desses e de vários outros fatores, a violência urbana se tornou, nos nossos dias, um dos mais sérios problemas sociais. Para combater, ou pelo menos minimizar, o fruto desse descaso, que é político, entra em ação as Polícias Militares brasileiras que, constitucionalmente, têm como missão privativa a execução do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Ocorre que, por vezes, o próprio Policial Militar, encarregado de prestar serviço à sociedade,* vê-se diante de determinadas situações que, para cumprir com o seu mister, acaba, inevitavelmente,

confrontando-se perigosamente com marginais. Em decorrência, podem ocorrer ferimentos graves ou até mesmo a morte que, independentemente do lado que ocorra, deixam marcas e cicatrizes profundas e inevitáveis, tanto de ordem psicológica como na estrutura anatômica do Policial.

Esse Policial que, quase sempre, a sociedade vê como um super-homem, exigindo dele uma postura adequada e uma ação rápida, eficaz, sempre que é solicitado, na verdade, sofre uma descarga diária de situações altamente estressantes que influi no seu comportamento. Isso ocorre porque, com o passar dos anos, no exercício da atividade-fim da Corporação, o Policial Militar, pelo constante convívio com a violência e com o risco, poderá com ele se acostumar e se tornar frio, descomedido em suas ações, ao ponto de deixar de observar os dispositivos legais que norteiam o seu trabalho, passando a agir, apenas, e, tão somente, de acordo com a sua emoção ou vontade própria.

Isso, aliado a outros fatores (biológico e ambiental) que interferem ou podem interferir no

comportamento do ser humano, faz com que se torne necessária a adoção de medidas especiais para eliminar tais seqüelas, mantendo ou restabelecendo o seu equilíbrio emocional.

A Polícia Militar, pela natureza do serviço que presta à sociedade, expõe diariamente os seus integrantes a constantes desgastes físico, mental e emocional. Assim acaba sendo, comprovadamente, a profissão que mais desgasta e estressa o ser humano. Isto ocorre, porque o ambiente de trabalho onde o Policial atua é, quase sempre, desumano, complexo e violento. Ademais, é um serviço que nem sempre é reconhecido e valorizado como deveria ser.

O comportamento do ser humano a todos interessa. Seu estudo desafia, mas, às vezes, frustra; parece simples, porém é, na verdade, muito complexo; aberto à investigação de todos, mas nunca completamente compreendido por ninguém. As diferentes posições sobre a natureza e o comportamento humano têm sempre algum apoio biológico, mas é inegável a influência que o meio ambiente exerce sobre ele.

Por muitos anos, biólogos e cientistas sociais debateram, com empenho, a importância das condições biológicas e ambientais na influência e conservação do comportamento do ser humano. Ainda que alguns continuem a insistir neste debate, a maioria absoluta dos cientistas do comportamento, atualmente, concorda que é mais proveitoso determinar os processos pelos quais o comportamento é adquirido e abandonado do que persistir numa argumentação infrutífera. A conclusão é, portanto, que tanto as condições biológicas como as ambientais afetam o comportamento.

Todos esses fatores que acabamos de mencionar podem provocar alterações significativas no comportamento do Policial ao ponto de comprometer o seu desempenho profissional. Em razão disso, para a valorização do ser humano que existe por trás de cada uniforme policial e para a preservação da Instituição e, sobretudo, da sociedade, se faz necessária a adoção de medidas que visem a manter ou, em casos mais graves, até mesmo restabelecer o equilíbrio emocional do PM, evitando que ele se

torne improdutivo e inconfiável para a atividade policial.

Nas empresas privadas, e até mesmo nos times de futebol, o homem é a preocupação maior dos dirigentes. Tanto é verdade que, constantemente, vemos e ouvimos, nos meios de comunicação de massa, que profissionais especializados, como médicos e psicólogos, são contratados para fazer parte das equipes responsáveis pela saúde física e mental dos funcionários e atletas. Isso concorre para aumentar a eficiência e o rendimento de cada um no trabalho.

Falar sobre os traumas e seqüelas que o atendimento de uma ocorrência de alto risco pode provocar no Policial é quase um tabu. Muito pouco ou quase nada se tem escrito a respeito. Não porque o problema não exista, mas, talvez, porque não se tem dado a ele a importância que merece.

Neste estudo, pretendemos focalizar esses traumas e seqüelas, dos pontos de vista físico e psicológico e, principalmente, os prejuízos que causam ou podem causar ao Policial Militar, enquanto

profissional e cidadão, à instituição a que pertence e, sobretudo, à sociedade a que serve.

Na investigação dos fenômenos explicitados foram utilizados fontes orais através de entrevistas com pessoas e autoridades ligadas ao assunto, pesquisa bibliográfica e de campo, a fim de verificar por amostragem as diferentes formas de manifestação, nos Policiais Militares, dos traumas e seqüelas oriundos do atendimento de ocorrências de alto risco com disparo de arma de fogo. Aplicou-se, para tanto, seiscentos questionários entre os Policiais Militares dos seguintes Batalhões: 1º Batalhão, 7º Batalhão, 8º Batalhão, 9º Batalhão, 13º Batalhão, Regimento de Polícia Montada, Batalhão de Polícia Militar de Choque, Batalhão de Polícia Militar de Transito, Academia de Polícia Militar e Centro de Formação e Aperfeiçoamento. Os dados colhidos serão apresentados em capítulo próprio sob a forma de tabelas e gráficos estatísticos, devidamente analisados e interpretados com os detalhes pertinentes.

Esperamos que este estudo se constitua em subsídio ao escalão superior da PMGO, para a tomada de decisões, no sentido de que seja investido um pouco mais no ser humano que existe dentro de cada Policial. Não esperamos, sinceramente, que as propostas aqui apresentadas sejam acolhidas na íntegra. Mas, acreditamos que o nosso relato servirá para despertar a consciência quanto ao problema e ensejar discussões futuras sobre ele.

1. VIOLÊNCIA URBANA

Até duas ou três décadas atrás, o tema violência urbana ou mesmo outras formas de manifestação da violência no plano político institucional ou no cotidiano dos cidadãos era objeto de reflexões esparsas na sociologia e ciência política. A saliência alcançada pela temática da violência em nossos dias, seja devido a um aumento efetivo de formas violentas de comportamento, seja pela própria visibilidade conferida ao fenômeno pelos meios de comunicação de massa, levanta uma série de questões que já não podem mais se constituir apenas em objeto de especulação. A violência urbana foi transformada no grande tema do Brasil nos últimos tempos. Basta abrir um jornal ou assistir a um noticiário de televisão para ser bombardeado com informações sobre as mais recentes vítimas de homicídios, latrocínios, roubos etc. A violência urbana não é, entretanto, tão nova assim. Há um século atrás, *Ângelo Agostini*, italiano

radicado no Rio de Janeiro, publicava na *Revista Ilustrada* caricaturas nas quais satirizava os roubos, a corrupção, a violência e a ineficiência da polícia carioca.¹

Os estudos sobre violência têm demonstrado que além dos macro-efeitos dessas tragédias, decorrentes quase sempre da impunidade e barbarismo, existe um mal-estar insidioso. Essas tragédias abatem a confiança de cada um nas estruturas de representatividade e disseminam a desesperança. Provocam um encolhimento da sensibilidade e uma redução da capacidade de indignação, que também se dobram a repetição e a falta de conseqüência. O devastador resultado pode ser a banalização e o esvaziamento do trágico, o que parece estar acontecendo na mídia e em cada uma das pessoas.

Não se pode falar de violência sem, antes de tudo, falar no rompimento e na desvalorização de laços anteriormente valorizados, que refletiam a solidariedade e a defesa grupal e que deixaram de

¹ Álvaro Contrim (Álvarus), *Caricatura. Uma arma contra os assaltos no Rio, há um século* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1981, Caderno B, p.2.

vigorar em função de um enfraquecimento da interação do grupo.

Um sentimento de anomia leva a população a assimilar a atuação delituosa, por absoluta descrença na possibilidade de punição dos infratores e por um absoluto sentimento de pânico que a leva a observar a lei do silêncio. Vive-se, em razão disso, um sentimento de egoísmo e de pouca fraternidade. Há uma acentuada degradação de princípios e valores como a educação, a família, a moral e o espírito de fraternidade que acabam por funcionar como impulsores da violência.

1.1. Conceito de violência urbana

Em seu conceito puro a violência têm um emprego restrito. O seu uso mais freqüente é a forma adjetivada. Fala-se em violência moral, violência física, violência rural, violência urbana etc. Quando se quer evidenciar o sujeito ativo ou passivo

fala-se em violência do homem, da sociedade, do Estado etc. Nesse estudo interessa-nos uma de suas formas adjetivadas, a violência urbana.

A expressão violência urbana surgiu com a consolidação dos meios de comunicação de massa e a crise econômica instalada no Brasil, a partir da segunda metade da década de 70, significando os elevados índices de criminalidade e de violência das principais metrópoles, onde se manifestam com mais intensidade as desigualdades sociais.

Seria a violência patrocinada pelas populações marginalizadas ou periféricas dos grandes centros urbanos, fruto das correntes migratórias que fluem do interior, especialmente para as grandes cidades

1.2. Violência urbana e organização social

Nas análises sobre a vida nas grandes cidades brasileiras a violência tem recebido especial

atenção por ter se constituído no fermento da inquietação cotidiana e, por conseguinte, no mal do século. Apesar das exceções, de uma maneira geral, ela costuma ser apresentada como fruto da desorganização, falência ou incapacidade dos aparelhos do estado quanto ao controle e repressão ao tráfico de drogas e das demais modalidades de crimes organizados que, a cada dia, se alastra e se arraiga com mais força no meio social.

Todos esses fatores certamente geram e impulsionam a violência, isso é inegável, mas não se pode esquecer que a organização social e o modelo econômico que vivemos hoje também funcionam como fato gerador desse grande mal.

As grandes cidades, por se constituírem nos centros mais dinâmicos da economia de qualquer país, acaba por representar os espaços nos quais as contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência convivendo com a mais flagrante miséria. Este contraste entre ostentação e indigência pode ser encarado como um dos elementos que fornece a

base necessária ao surgimento da delinqüência de classe baixa.

Renato Raul Boschi, procurando enxergar a violência do ângulo do delinqüente de classe baixa, afirma que, pela ação do assaltante e do trombadinha, poder-se-ia encará-la como estratégia de sobrevivência num contexto onde as desigualdades sociais são gritantes². Vê-se que a possibilidade de conseguir emprego regularmente é cada vez mais escassa, a remuneração do trabalho não qualificado é extremamente baixa e boa parte da população urbana sobrevive no setor informal. Poder-se-ia argumentar, em razão disso, que a violência não é praticada somente para satisfazer necessidades econômicas, mas possui igualmente conotação política, pois também tem como meta, do ponto de vista do delinqüente, recuperar partes do excedente que foram expropriadas das classes subalternas.

A respeito do assunto a revista VEJA publicou a seguinte matéria:

2- BOSCHI, Renato Raul et al. - Violência e cidades, Rio de Janeiro; Zahar, 1997.

As raízes da criminalidade são múltiplas e se enroscam na História de um país com dimensões continentais, padrões escandalosos de injustiça social e rápidas transformações. No plano sociológico, o banditismo nas grandes cidades é considerado subproduto de um processo acelerado de urbanização. No mesmo movimento que levou milhões de pessoas do campo em direção às cidades, transformando em poucas décadas o panorama econômico e social do país, esvaneceram-se referências que mantinham a antiga ordem. Ao perder suas raízes, as pessoas acabam perdendo também seus valores básicos, o que facilita a perda do que chamaria de "freio social", diz Lourdes Bandeira, pesquisadora da Universidade de Brasília. No dia-a-dia de delegacias e instituições de menores, sabe-se também que o álcool, drogas e impunidade têm relação direta com o crescimento da criminalidade violenta. O crack não pesa tanto quanto se diz nas estatísticas do crime, mas está ligado a cerca de 10% dos homicídios, explica o sociólogo e ex-policia! Guaracy Mingardi.

A ampla circulação de armas é outro fator determinante, embora nunca seja tratada mais do que como um adendo. Em países enormes colonizados de armas à mão, como o Brasil ou os Estados Unidos, a cultura nacional propicia o armamento da população, mas o que se vê hoje é de assustar. A facilidade com que se adquire um revólver, uma escopeta ou até um fuzil M-16 é uma das maiores causas do crescimento de homicídios no país. Nos últimos vinte anos, o peso dos ferimentos a bala nas estatísticas de

óbito cresceu 60%. Dobrou no Rio de Janeiro, no Recife e em Porto Alegre. Triplicou em Salvador e em São Paulo. No Brasil, portar arma sem licença não é crime, mas contravenção, menos grave do que urinar na rua³. Existe até uma portaria do Ministério do Exército que autoriza a Polícia Militar a revender armas a seus soldados a preços subsidiados. No primeiro semestre deste ano, a polícia de São Paulo apreendeu 13978 armas - arsenal suficiente para abastecer um batalhão duas vezes maior que o corpo de fuzileiros da Marinha.

A paranóia da criminalidade acaba alimentando um círculo vicioso: as pessoas se sentem indefesas diante da violência e se equipam com armas que irão aumentá-la!! (Bernardes, 1996: 80-81).

1.3. Violência e agressão

Infelizmente, a violência e a agressão constituem fenômenos psicossociais de singular relevância e sua ocorrência não parece sofrer a menor atenuação com o passar dos anos. Como bem diz

³ Obs.: A Lei n.º 9.437, regulamentada pelo Decreto n.º 2.222, de 08/05/98, que trata da instituição do Sistema Nacional de Armas, SINARM, e das condições para o registro e porte de armas de fogo e também da definição do porte de arma como crime, deixou tal ilícito, de ser uma simples contravenção penal. Atualmente, o porte ilegal de arma é definido como crime. Unidade - Revista de assuntos técnicos da Polícia Militar, Rio Grande do Sul, a. 16, n. 35, 1998.

Tarcísio Padilha (1970) "a violência é contemporânea do homem". Filósofos, cientistas políticos, sociólogos e psicólogos têm dedicado ao estudo do comportamento agressivo e violento entre os homens, mas resultados desanimadores têm sido obtidos no que concerne à prescrição de meios capazes de evitar, ou pelo menos diminuir, a agressividade humana. Não obstante as espetaculares conquistas da ciência e da tecnologia moderna, os homens vivem ainda sob o espectro da destruição total. Os meios de comunicação têm sido copiosos em ilustrações de violência as quais, é bom que se diga, suscitam especial curiosidade e até mesmo atração nas pessoas atingidas por tais meios. Manchetes nos jornais, filmes no cinema e na televisão, fotografias nas revistas semanais, programas radiofônicos, noticiário mundial exibem, quotidianamente, cenas de agressão e violência que nada ficam a dever às atrocidades perpetradas.

Agressão e violência, infelizmente, estão em voga em nossos dias. Não porque seja algo de novo, como já se observou acima, mas pela surpresa ou

mesmo frustração que nos causa o fato de verificar que, apesar dos grandes progressos da humanidade numa variedade enorme de setores, as cenas de vandalismo, homicídios, a organização de grupos que pregam a violência como único meio de alcançar seus objetivos, continuam em nossos dias com frequência tão grande ou maior que em épocas anteriores. É chocante constatar-se a naturalidade com que se perpetram a auto-destruição do homem e dos valores sociais.

1.3.1. Conceito de violência

Oriunda da raiz latina "vis", igual a força, violência, sem adjetivos significa: s. f. (lat. violentia) estado daquilo que é violento. Ato violento. Ato de violentar. Força de que se faz uso contra o direito, contra a lei. Empregar a violência. Constrangimento exercido sobre uma pessoa

para obrigá-la a fazer ou a deixar de fazer um ato qualquer.

Tomada única e exclusivamente sob a forma de conceito puro, a violência é o sumo grau de energia no qual a força opera com grande impulso. É a utilização ilegítima e ilegal da força. Uso da força contra a regra, lei e direito. Utilização voluntária da força para agredir uma pessoa ou a propriedade de terceiros, desafiando a lei e o direito.

1.3.2. Conceito de agressão

Segundo Dollard et al. (1939), agressão é "uma resposta que tem por objetivo causar dano a um organismo vivo". Tal caracterização de resposta agressiva gerou certo descontentamento entre os autores mais radicais, vez que implica na existência de intenção, finalidade e propósito, o que deixaria de ser estritamente comportamental e diretamente observável. Em 1961, alguns autores entenderam que

se deveria considerar como resposta agressiva toda aquela que resultasse em estímulo nocivo a outro organismo. Portanto, de acordo com essa definição estritamente comportamentista, o critério para decidir se uma resposta emitida por um organismo era ou não agressiva consistia exclusivamente em verificar-se se ela causou ou não dano a outro organismo. Assim, se perguntasse se determinado comportamento de alguém causou dano a outrem, e a resposta fosse afirmativa, teria sido então um comportamento agressivo. Evidentemente, que tal definição não foi aceita por todos e foi severamente criticada. A definição que nos parece mais aceitável é dada por Aroldo Rodrigues, que considera agressão como sendo qualquer comportamento cuja finalidade é causar dano a outrem. As noções de causalidade pessoal e impessoal desempenham neste conceito um papel de singular relevância. Se um ato perpetrado por alguém causa dano a outro, é preciso que estabeleça se tal ato foi intencional (causalidade pessoal) ou se foi devido a fatores que escaparam a vontade do agente (causalidade impessoal). Assim, só

se considera ato agressivo se desta análise ficar claro a presença da causalidade pessoal.

1.4. Origem do comportamento agressivo

Na espécie humana, a agressão inicialmente tinha função de defesa contra ameaça externa. Com o desenvolvimento cultural e a evolução do homem (armas, vestuário, organização social etc.) ela assumiu outras funções, algumas prejudiciais como a guerra contra inimigos, além da seleção dos mais fortes para a defesa da prole.

1.4.1. Resultantes de um instinto agressivo

Tanto psicólogos como filósofos admitiram, a natureza puramente instintiva da agressão. Hobbes em seu famoso "Leviathan" afirmava que "*homo homini*

est", significando a existência de uma característica inata e, conseqüentemente, inevitável no ser humano, segundo a qual os homens tenderiam a agredir-se mutuamente. Para Hobbes, este instinto agressivo era sopitado pela sociedade.

Entre os psicólogos, Freud e McDougall figuram na linha de frente dos defensores de uma origem instintiva do comportamento agressivo. Para ambos, existe nos homens uma agressividade inata que constantemente os instiga a comportarem agressivamente. Ambos admitem também a existência de outras forças instintivas capazes de contrabalançar os efeitos do instinto agressivo.

Além de Freud e McDougall, cuja psicologia instintiva é bem conhecida, também Konrad Lorenz (1966) defende uma posição instintiva do comportamento agressivo. Lorenz postula que o instinto agressivo é condição essencial e indispensável para o próprio progresso (conquista de melhores formas de vida, luta contra obstáculos naturais), para a proteção de si mesmo (manutenção das coisas legitimamente possuídas, defesa contra

usurpadores) e precisa ser descarregado para o próprio benefício da pessoa e da humanidade.

1.4.2. Resultantes da conjugação de aprendizagem e de fatores situacionais

Parece mais plausível e mais bem documentada experimentalmente a posição segundo a qual o comportamento é fruto de aprendizagem e de fatores situacionais desencadeantes. Acredita-se que a educação dada pelos pais desempenha relevante papel para a formação de uma personalidade mais ou menos agressiva e que fatores situacionais funcionam como desencadeadores de comportamento agressivo. O fator aprendizagem funcionaria, dentro deste postulado, como responsável pela formação da personalidade mais ou menos agressiva, ou seja, mais ou menos pronta a reagir agressivamente diante de determinados fatores situacionais; estes, por sua vez, seriam os

verdadeiros desencadeantes do comportamento agressivo numa determinada direção.

Para Aroldo Rodrigues (1996), dentre os fatores situacionais capazes de provocar comportamento agressivo três se destacam, quais sejam: frustração, provocação e a obediência a ordens⁴.

1.4.2.1. Frustração

Para Rodrigues, tal como foi definido por Dollard et al. (1939), o termo frustração refere-se a situações experimentadas por uma pessoa quando se verifica um bloqueio impeditivo da obtenção de seu objetivo. Segundo esses autores, uma situação frustrante provoca agressividade. De fato, a apresentação original da relação entre frustração e agressão foi mais enfática do que isto. Dollard e

⁴ -AROLDO, Rodrigues- Psicologia Social. 16. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p. 324.

outros (1939) afirmam que a frustração sempre gera agressão e que toda agressão pressupõe sempre a existência de uma frustração.

1.4.2.2. Provocação

Outros fatores situacionais, além da frustração, podem gerar agressividade. Assim, por exemplo, se somos provocados através de uma ofensa ou agressão física ou outra forma qualquer de comportamento nocivo ao nosso bem estar, normalmente, reagimos agressivamente. Poder-se-ia dizer que tais comportamentos são também formas de frustração, de vez que eles bloqueiam um objetivo genérico que todos temos que é o de viver em paz sem sermos aborrecidos ou agredidos de alguma forma. Isto seria, porém, sem dúvida, estender o conceito de agressão de tal forma que ele perderia sua utilidade, pois passaria a abranger uma série de situações distintas. Tal como no caso de frustração,

a resposta agressiva do recebedor de uma provocação será decorrente da percepção que ele tem da ação da outra pessoa. Assim, se a provocação for percebida como não intencional, ou com fins jocosos sem maior importância, ela não ensejará reação agressiva. assim sendo, a interpretação da situação e a atribuição de intencionalidade ao agente provocador é fundamental para o surgimento da resposta agressiva.

1.4.2.3. Obediência às ordens

No caso de frustração e de provocação, a pessoa que emite o comportamento agressivo tende a assumir a responsabilidade por sua emissão. Ela pode, como vimos, tentar reduzir sua impossibilidade fazendo atribuições externas que tendem a justificar o seu comportamento agressivo, mas é difícil para elas eximirem-se totalmente de responsabilidade pelo ato agressivo perpetrado. Há, todavia, um outro tipo

de fator situacional que impele ao comportamento agressivo e que, normalmente, leva o perpetrador do ato agressivo a uma atitude de total irresponsabilidade pelo que fez. É o caso, por exemplo, dos carrascos nazistas que se julgavam totalmente inocentes em relação às atrocidades praticadas, por entenderem que estavam apenas cumprindo ordens superiores. No caso de cumprimento de ordens superiores, as pessoas não se sentem responsáveis por seu comportamento agressivo e chegam até mesmo a se vangloriar deles, na medida em que percebem tais atos como necessários à obtenção de suas finalidades sociais.

1.4.3. Resultantes de fatores sociológicos

Não se pode olvidar também a influência de fatores sociológicos (pobreza, opressão, subcultura, etc.) que facilita e impulsiona o comportamento agressivo. Embora em nossos dias estes fatores

sejam, por muitos, singularizados como os únicos responsáveis pelo comportamento criminoso das pessoas e por conseguinte por todos os crimes de que a sociedade contemporânea é vítima, sabemos que isso não retrata e nem condiz com a verdade. Há casos, inclusive, que parecem não desempenhar qualquer relevância. É o caso do crime organizado, altamente violento e cruel, que, na sua maioria, não é constituído de pessoas carentes e oprimidas, como querem alguns. O requinte intelectual e material de muitos roubos a bancos evidenciam que seus autores não sofrem de tais deficiências culturais.

Registra-se, ainda, pela relevância social do problema em nossos dias, o papel desempenhado pelo alcoolismo na perpetração de atos violentos. Estudos têm demonstrado que o álcool, em função do seu efeito desinibidor, facilita a prática de atos de agressão. Um estudo realizado por Taylor e Gammon mostrou que uma dose de vodka ou de whisky aumentou o comportamento agressivo dos sujeitos em comparação com o grupo controle.

1.4.4. Outros Fatores

Foram focalizados nos tópicos anteriores a influência de fatores essencialmente de natureza etiológica, psicológica e sociológica na gênese do comportamento agressivo. Evidentemente que estes fatores, ainda que de suma relevância, não são os únicos desencadeadores de tal tipo de comportamento. Problemas médicos, por exemplo, podem ser responsáveis por agressões extremamente violentas (como no caso de epilépticos). Disfunções cerebrais podem, igualmente, conduzir a comportamentos violentos; enfim, muitas outras patologias podem impulsionar e conduzir a agressividades das pessoas.

2. O ESTRESSE

O termo estresse foi aplicado pela primeira vez no século XVII para definir qualquer estímulo que afetasse negativamente a pessoa humana provocando-lhe sentimento de angústia, aflição e opressão. Durante os séculos XVIII e XIX, o significado do termo se alterou para denotar na ciência física qualquer força que aplicada sobre um sistema leva à sua deformação ou destruição. A força externa induzia "strain" no objeto que procurava manter sua integridade por meio de resistência a essa força.

Na área de saúde, o termo "stress" foi utilizado pela primeira vez em 1925 por Hans Selye, que observou vários sintomas físicos relacionados ao desgaste geral do organismo (Spielberg apud Romano, 1989:1).⁵

⁵ ALLEGRETI, Roberto Ten, Cel- Estudo da validade de programa assistencial para Policiais Militares envolvidos em ocorrências

Entre os pesquisadores há um consenso de que o estresse resulta de uma sensação de desequilíbrio entre o indivíduo e o meio social. Mc. Grath define "o estresse como sendo um desequilíbrio percebido entre as exigências sociais e a capacidade percebida de reação, sob condições nas quais o fracasso em atender a essas exigências tem conseqüências importantes". Esse desgaste é causado pelas alterações psicológicas que ocorrem quando um indivíduo se vê obrigado a enfrentar uma situação que, de algum modo, o irrite, excite, amedronte ou o faça feliz.

Já no conceito de Everly e Rosenfeld (apud Romano, 1989: 3), stress é uma reação psicológica com componentes emocionais, físicos, mentais e químicos, a determinados estímulos que irritam, amedrontam, excitam e/ou confundam as pessoas". Assim sendo, a causa do stress pode ser um acontecimento desejado, como uma viagem ao exterior ou um acontecimento indesejado como a perda do emprego. As reações produzidas pelo organismo são

idênticas, independentemente de o evento ser desejado ou indesejado.

Em determinadas pessoas, as reações em stress de forma prolongada podem desencadear desequilíbrios em órgãos mais sensíveis que vão funcionar como "órgãos de choque" desencadeando o que, antigamente, era chamado de "doença psicossomática" e hoje se denomina "transtorno somatoforme".

Witkin Lanoil (apud Romano, 1989: 6) esclarece que o stress pode ser de curta ou longa duração, indicando que tanto a ação imediata do sistema nervoso quanto a ação de liberação retardada do sistema endócrino funcionam com o fim de preparar e manter o corpo para uma ação destinada a resguardar a vida. Se o "stress" for de curta duração, geralmente não há problemas, uma vez que o organismo terá tempo de recuperação. Esse tipo de "stress" ocorre naturalmente durante uma disputa esportiva ou mesmo de um relacionamento afetivo. A sensação de exultação que se experimenta é uma reação em "stress" decorrente de atividades estimulantes que podem ser encerradas quando se

deseja, permitindo ao organismo retomar o equilíbrio interno. Caso o "stress" seja de longa duração, e o estressor não puder ser controlado, o organismo não terá como se recuperar, resultando disso um "stress" crônico.

Sob "stress" excessivo, o indivíduo pode experimentar alterações dos batimentos cardíacos, da frequência respiratória e da pressão arterial. A diminuição das contrações rítmicas do sistema digestivo e a vasoconstrição das glândulas gástricas durante o "stress" podem provocar alterações do estômago e dos intestinos. A síndrome geral de adaptação, por exemplo, desvia o fluxo sanguíneo para os músculos esqueléticos, diminuindo-o no trato intestinal e na pele. Os primeiros sinais de tais deslocamentos são os pés e mãos frios, enxaquecas ou hipertensão arterial. A reação em "stress" pode ainda provocar a estimulação excessiva da glândula supra-renal, determinando a liberação de grandes quantidades de insulina que vão metabolizar rapidamente toda a glicose circulante, provocando

crises de hipoglicemia caracterizada por tonturas ou desmaios.

O Estresse pode provocar alterações tanto físicas como psicológicas no ser humano. Witkin Lanoil (apud Romano, 1989: 8) descreve como decorrentes do stress os seguintes quadros físicos:

- colite ulcerativa
- úlcera péptica
- síndrome do cólon irritável
- infarto do miocárdio
- hipertensão arterial
- - arritmias cardíacas
- hiperventilação
- asma
- artrite reumatóide
- alergias
- distúrbios dermatológicos

Além dos quadros físicos mencionados, as reações em "stress" podem ocorrer também em nível psicológico. Segundo Lipp (apud Romano, 1989: 9), os principais distúrbios psicológicos são os seguintes:

- ansiedade

- tensão
- angústia
- insônia
- alienação
- dificuldade de relacionamento
- dúvidas quanto a si mesmo
- preocupação excessiva
- dificuldade de concentração
- incapacidade de relaxamento
- tédio
- ira
- depressão
- aumento da emotividade

Na realidade, a reação em "stress" acaba por atingir a pessoa simultaneamente em três áreas ou dimensões distintas: o corpo, a mente e o mundo externo. Todo e qualquer ato praticado pelo homem, assim como toda e qualquer reação, desenvolve-se simultaneamente nessas três áreas do seu existir. Nesse sentido, ao ato de sentir e pensar, ocorrem equivalentes ao nível do corpo e do mundo externo.

Assim, se em nível de sentimentos ocorrem raiva, agressão ou irritação, na dimensão corpórea podem ocorrer a taquicardia, dispnéia ou sudorese e na dimensão mundo externo podem aparecer timidez, prudência, ousadia e outros comportamentos.

Como todos os atos dos homens ocorrem de forma simultânea nessas três esferas, isto também acontece na manifestação sintomática do "stress". No corpo, aparecem sintomas físicos, na mente distúrbios afetivos e, no mundo externo, condutas inadequadas.

Para melhor entender a interligação entre essas três esferas, torna-se necessário compreender o mecanismo das emoções. Emoção é algo difícil de ser definido, no entanto, de forma simples, podemos considerá-la um fenômeno subjetivo em que estão presentes três estados: o sentimento, a resposta fisiológica e o comportamento. Esses três estados correspondem a três componentes: o psicológico, o fisiológico e o social.

O componente psicológico caracteriza o estado afetivo. É uma experiência consciente e subjetiva

que pode sofrer influências das vivências pessoais e do meio ambiente (família, trabalho, comunidade etc.).

O componente fisiológico pode ser traduzido por alterações em nível de órgãos e modificações externas na superfície do corpo (tônus muscular, pressão arterial, frequência cardíaca, palidez etc.).

O componente social pode ser representado por comportamentos do tipo sorrir, chorar, gritar, fugir, atacar etc.

Ainda dentro dessa visão integrada da pessoa humana, é fundamental que se compreenda a neurofisiologia das emoções. De forma abreviada, pode-se dizer que o Sistema Nervoso divide-se em Sistema Nervoso Central e Periférico. O Periférico por sua vez, apresenta nova divisão em Autônomo e Somático e o Autônomo compõe-se de dois ramos: Simpático e Parassimpático.

A base fisiológica das emoções é representada pelo sistema nervoso autônomo que afeta o corpo via nervos que enervam órgãos e vasos sanguíneos e via

hormônios da estimulação da supra-renal. Qualquer situação que funcione como estressora, segundo a interpretação subjetiva de cada pessoa, afeta o Sistema Nervoso Autônomo, através de seu ramo simpático. O coração bate mais depressa, a pressão arterial sobe, a respiração se acelera, o fígado libera açúcar para permitir uma reação mais rápida e o sangue é desviado do sistema digestivo para os músculos voluntários. É a chamada reação "lutar ou correr". A atuação simpática, no entanto, pode ocorrer também em função de ansiedade prolongada, esgotando literalmente o organismo e tornando-o mais suscetível a todo o tipo de doença.

Em sentido oposto, quando a percepção subjetiva não é perturbadora, o Sistema Nervoso Parassimpático assume o controle do organismo, diminuindo o ritmo cardíaco e respiratório, baixando a pressão e dirigindo o sangue para os órgãos digestivos, equilibrando o corpo no mundo interno.

2.1. Estressores

Para Girdano e Everly (apud Romano, 1989: 1), os estímulos que propiciam a resposta de "stress", chamados estressores, podem ser decorrentes de três causas básicas, abaixo enunciadas.

a. Causas Psicossociais - decorrentes da interação entre o comportamento social e a interpretação desse comportamento com base em experiências passadas e outros processos de aprendizagem, que abrange:

-adaptação: mudanças excessivas que ocorrem na vida de um indivíduo e falha na tentativa do organismo de se adaptar a essas mudanças e contribuir para a instalação de doenças físicas e mentais;

-frustração: existência de obstáculos frente a um objetivo que podem levar a pessoa a sentimentos de frustração.

-sobrecarga: nível de estimulação ou exigência que excede a capacidade do indivíduo.

-privação: estados de tédio e/ou solidão.

b. Causas Bioecológicas - decorrentes da interação do indivíduo com estímulos do ambiente que são estressantes pela sua própria natureza. Podem ser citados:

-rítmos biológicos: ciclos de atividades biológicas dirigidas pelo sistema nervoso e sistema endócrino que podem determinar estados de ânimo e comportamentos mais suscetíveis ao stress.

-hábitos nutricionais: consumo de determinados alimentos que contém elementos facilitadores a uma reação em stress.

-ruídos excessivos

c. Causas Relacionadas à Personalidade:

-auto-conceito: percepção negativa de si próprio, constituindo um estressor em potencial.

-padrões de comportamento: indivíduos que se comporta com elevada necessidade de realização e de

competição são mais suscetíveis a desenvolver problemas cardíacos.

-ansiedade excessiva.

Já Spielberg (apud Romano, 1989: 12) considera como fonte de "stress" o próprio desenvolvimento humano, que, em cada fase, apresenta situações novas e estressantes com as quais o indivíduo precisa aprender a lidar, como a aprendizagem da criança, a adolescência, o casamento e a velhice. A própria escolha profissional envolve conflito e stress e mesmo depois de eleita a profissão, ainda pode surgir o "stress" ocupacional.

2.2. Fases do "stress"

Como já foi mencionado, qualquer estímulo pode se tornar num estressor em razão da interpretação subjetiva que se dá a ele. Quase sempre esses estímulos estão presentes na vida das

peessoas ocasionando reações que progridem paulatinamente, dando origem as fases do "stress" que, em geral, são três: fase inicial, de adaptação ou resistência e de exaustão ou esgotamento.

a. Fase inicial: É a chamada reação aguda ao estresse, desencadeada sempre que nosso cérebro, independentemente de nossa vontade, interpreta alguma situação como ameaçadora. É também chamada de fase produtiva, pois nela o indivíduo melhora de forma geral o seu rendimento, sem se aperceber com clareza que aquele desempenho aumentado já é, na realidade, uma resposta do organismo a um nível insatisfatório de pressão.

b. Fase de Adaptação ou Resistência: Acontece quando a tensão se acumula. Sua principal característica são as flutuações no nosso modo habitual de ser. Nessa fase, os sintomas orgânicos e emocionais começam a se configurar com maior clareza. Aparecem o cansaço excessivo, a apatia, dores de cabeça, e mal-estar generalizado. As

atividades que antes causavam prazer e bem estar são agora vivenciadas com desprazer ou indiferença. Nessa fase, ou o organismo retorna ao equilíbrio por adaptação ou resistência passa à fase do esgotamento.

c. Fase de Exaustão ou Esgotamento: Nessa fase, caso o indivíduo não tenha conseguido retornar ao equilíbrio, resistindo à pressão inadequada, ou usando mecanismos adaptativos que permitam a convivência com ela, entrará numa fase em que o seu estado emocional vai influenciar decisivamente a sua capacidade de pensar produtivamente, a sua crítica e seus padrões de julgamento. Funções psíquicas consideradas nobres, como a atenção, a senso-percepção, a memória e o raciocínio, ficam prejudicadas. Qualquer estímulo pode provocar uma resposta desproporcional e a sujeição à doença se amplia.

2.3. O Estresse na atividade Policial Militar

Dado o conceito e dispostos os principais estressores e fases do estresse, importa agora observar como ele está presente na vida do policial militar e como podem influenciar de maneira decisiva no seu comportamento dentro e fora de sua atividade profissional.

Conforme já foi mencionado, a Polícia Militar, pela natureza do serviço que presta à sociedade, expõe, diariamente, os seus integrantes a constantes desgastes: físico, mental e emocional. Isso ocorre exatamente porque o Policial atua num ambiente desumano, complexo e hostil. Essa convivência diária com a injustiça social, violência urbana e, sobretudo, com o risco de matar ou morrer no atendimento de uma ocorrência, afeta consideravelmente o comportamento, as decisões e a forma do Policial ver, ouvir e entender as coisas.

Ademais, o Policial não é o único que sofre as conseqüências do estresse provocado pelo seu trabalho. Em casa ele tende a desligar as emoções em relação a sua família e é levado a um processo de afastamento e procura de relações fora de casa. Na

rua, os Policiais podem extravasar suas frustrações sobre os cidadãos tornando-se arbitrários, agressivos e mal-educados.

Inúmeros estudos foram feitos apontando o estresse e outros problemas emocionais a ele ligado, como sendo responsáveis pelo alto índice de suicídio, divórcio e alcoolismo no meio policial.

Com efeito, afirma Hans Selye que o trabalho policial é uma das ocupações mais estressantes. Em comparação com outras ocupações, os policiais exibem uma alta taxa de doenças relacionadas com o estresse. Foi descoberto que, dentre 149 ocupações, apenas 10 excediam a policial em doenças do coração, diabetes, insônia, suicídio e outras relacionadas com o estresse.

O Policial trabalha sempre com alta taxa de adrenalina. Está sempre preparado para agir e a medida que o nível de tensão aumenta, também aumenta o nível de vigilância e de expectativa, passando a estar pronto para agir a qualquer instante de maneira enérgica. Ele vive sobre pressão constante e, em conseqüência, sofre alteração no seu padrão

normal de pensar e agir. Apresenta dificuldades para estabelecer prioridades e, a hesitação, visão estreita, raciocínio confuso e ilógico passa a fazer parte do seu dia-a-dia⁶.

⁶ VIOLANTI, John M. Padrões do estresse no trabalho policial. Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. P.19

3. SEQÜELAS ORIUNDAS DO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA DE ALTO RISCO COM DISPARO DE ARMA DE FOGO

Antes de discorrer sobre as seqüelas, necessário se faz conceituar o que vem a ser ocorrência policial de alto risco. Evidentemente que para o Policial toda e qualquer ocorrência representa um risco, exceto quando se trata de uma ocorrência de natureza assistencial. Todavia quando se fala em ocorrência de alto risco, refere-se àquelas em que houve eliminação ou risco de eliminação de vidas ou de lesões corporais de natureza grave. Assim, entende-se por ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo, aquelas em que o marginal estando armado, pelo seu alto grau de periculosidade, elimina ou provoca a eliminação ou coloca em risco a vida ou a integridade física própria, do Policial ou de terceiros que estão presentes ou próximo do fato.

Conforme se observou, a atividade policial se resume, quase sempre, no atendimento de ocorrências de alto risco. Todavia, ainda assim, espera-se do Policial um comportamento equilibrado, uma agressividade reativa sempre proporcional a ação do marginal que está combatendo e com os meios estritamente necessários; mas será que ele permanece incólume após o atendimento de uma ocorrência grave? Será que, após ter provocado a morte de um marginal, ter visto seu companheiro de trabalho morto ou ter sido ferido numa ocorrência, o policial continuará o mesmo como se nada tivesse acontecido? Evidente que não. Uma sobrecarga é agregada à sua vida mental e em outros momentos poderá fazê-lo atender a outras ocorrências sob intenso choque emocional que paralisa os mecanismos inibitórios do superego, ficando agressivo ou, então, entrar em um processo de dessensibilização com relação à morte, se tornando capaz de matar por qualquer motivo.

As ocorrências de natureza grave, principalmente aquelas em que há disparo de arma de fogo, vão paulatinamente minando as estruturas

mentais do policial até levá-lo a uma situação de descompensação, por um tipo específico de "stress" policial denominado "Burn-Out".

"Burn-Out" é uma expressão inglesa que designa aquilo que deixou de funcionar por exaustão de energia. É uma síndrome caracterizada por sintomas e sinais de exaustão física, psíquica e emocional, em decorrência de má adaptação do indivíduo a um trabalho prolongado, altamente estressante e com grande carga emocional. (França, apud Romano, 1989: 17).

Vários autores definem o "Burn-Out" como uma reação a um "stress" crônico com três componentes:

- 1) Exaustão emocional e/ou física
- 2) Perda de sentimento de realização
- 3) Despersonalização extrema (Romano, 1989: 18)

O "Burn-Out" pode ocorrer em qualquer faixa etária e em qualquer profissão, embora existam ocupações que apresentem um alto índice de "Burn-Out" como policiais, professores, assistentes e enfermeiros. (Kleinman e Maslach apud Romano, 1989:

18). Apesar das limitações nas pesquisas publicadas, o assunto tornou-se importante para todas as Organizações Policiais dos Estados Unidos que acabaram por estabelecer programas projetados para ajudar os policiais no controle do "stress". A maioria dos programas de controle do "stress" tenta reduzi-lo pela preparação do policial para competir mais eficazmente com os perigos físicos e psicológicos que são encontrados no trabalho.

Segundo alguns autores, policiais que já participaram de confrontos violentos asseguram que nunca se pode predizer como o policial reagirá posteriormente. Para os policiais com relativa estrutura de valores, matar alguém, mesmo que em circunstâncias justificáveis, significa cometer um "mal" irreparável. Por mais inevitável que tenha sido o desfecho, por mais amparado legalmente que esteja, o seu inconsciente sabe que matar alguém é moralmente errado. Em decorrência, sensações desagradáveis poderão surgir e a forma de lidar com elas vai depender essencialmente da estrutura de cada um. Apesar dessa forma individual de reação,

muitos psicólogos têm identificado certos estágios psicológicos ou "passagens" que quase todos os policiais sentem, quando enfrentam uma situação realmente séria⁷.

No cenário do fato, o policial pode experimentar uma sensação de despersonalização do tipo "Isto não está acontecendo comigo" ou de perplexidade: "Que confusão é essa?" e ainda uma intensa excitação física. A noção de tempo muda completamente, pois alguns segundos são vividos como uma "eternidade". A consciência da responsabilidade ajuda, no entanto, a retomar o contato com a realidade.

⁷ ALLEGRETI, Roberto Ten, Cel- Estudo da validade de programa assistencial para Policiais Militares envolvidos em ocorrências graves, São Paulo; PMESP 1998.

3.1. Fases das seqüelas oriundas do atendimento de ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo

O Dr. Roger M. Solomon da "Washington State Patrol" em seu estudo apontou três fases das seqüelas emocionais geradas pelo atendimento de ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo: fase da erupção, fase de impacto e fase da adaptação (Solomon, 1993).

A fase de erupção do choque, segundo ele, começa quando acaba o confronto, fazendo o policial experimentar certos sintomas como tremores, choro, náuseas, respiração ofegante e outros. Inicialmente o Policial pode também ficar atordoado e desatento, com dificuldade de compreender o que acaba de ocorrer. Durante algumas horas ou mesmo dias o policial poderá ser acometido de insônia em razão de estar super-estimulado pela alta taxa de adrenalina.

Poderá ainda ficar tenso, agitado, ansioso e irritadiço.

Afirma o Dr. Solomon que:

Usualmente parte da reação de choque consiste em que as emoções relativas ao incidente e à percepção dessas emoções tornam-se embotadas(...). Ele pode estar experimentando a negação da emoção. Por várias razões um policial não pode estar na rua quando atingido por impacto emocional (Solomon, 1993: 31).

A segunda fase da seqüela emocional foi denominada fase de impacto" e ocorre geralmente dentro de três dias, embora alguns policiais possam experimentá-la de forma retardada. Algumas das reações mais comuns dessa fase são: vulnerabilidade, medo e ansiedade com relação a confrontos futuros, raiva ou revolta, pesadelos, pensamentos recorrentes sobre o incidente, insônia, depressão, culpa, insensibilidade emocional, isolamento emocional, dificuldades sexuais, reações de ansiedade, problemas familiares (Solomon, 1993: 31 - 32).

A terceira é a fase da adaptação, na qual o policial começa a compreender e se ajustar ao impacto emocional da situação. Isso passa

necessariamente pela elaboração do incidente, ou seja, pela correta compreensão do que aconteceu e de suas reações emocionais ao acontecido, sem qualquer tentativa de negação.

Após a fase de adaptação, aparece a aceitação, que pode ocorrer em até dez semanas, ou então levar meses, dependendo das conseqüências legais e administrativas. Alcançada a fase de aceitação, o policial entende e aceita o que aconteceu. Com a ajuda adequada, ele pode até se tornar mais forte, sem perder a sua sensibilidade (Solomon, 1993: 32).

3.2. Influência das seqüelas no atendimento de ocorrências futuras

O Policial Militar ou qualquer outro trabalhador, que não estiver em pleno gozo de suas faculdades físicas, mentais e sociais, jamais

conseguirá desempenhar de modo satisfatório, as suas atividades.

Assim, o Policial que matou, presenciou a morte de seu companheiro ou sofreu qualquer lesão de natureza grave durante a execução do seu trabalho, sem ter sido assistido de modo conveniente para eliminar os traumas e recuperar a sua confiança própria, tenderá a influenciar o resultado de uma ocorrência e, simultaneamente ser influenciado por ele, com prevalência de um ou de outro aspecto, segundo as suas características pessoais, seu estado emocional no momento do fato e a natureza da ocorrência que está atendendo.

Dentro deste contexto de influência recíproca haverá sempre a possibilidade da postura policial com prevalência da influência da pessoa sobre o fato ou em outros casos com maior influência do fato sobre a pessoa.

3.2.1. O policial militar influenciando o resultado da ocorrência

Dentro do que foi acima mencionado, podemos pensar a atuação do Policial Militar, influenciando preponderantemente o resultado de uma ocorrência, dentro de uma das seguintes possibilidades:

1) Agressividade manifestada por falha dos mecanismos inibitórios do superego: esta possibilidade equivale à criminalidade crônica proposta por Alexander e Staub (apud Dourado, 1965: 91) que se realiza por falha de mecanismos inibitórios do superego. De forma semelhante, o policial, diante de uma situação que estimula o seu potencial agressivo, não tem em seu superego os mecanismos inibitórios moldados por seus valores pessoais, e, como consequência, pode utilizar-se de uma carga agressiva desproporcional à exigência da ocorrência. Para quem age dessa forma, necessário se faz analisar-lhe a estrutura familiar a fim de que

se verifique o aporte de valores realizado por essa família na formação de personalidade do futuro policial.

Já que se fala em valores fundamentais que são transmitidos no núcleo familiar de origem, convém que sejam estudados os principais aspectos referentes ao perfil do candidato a ingresso na Corporação. Dados recentes fornecidos pela seção de recrutamento e seleção - DP/3, da PMGO, demonstram as seguintes condições dos candidatos a ingresso, em Goiânia:

1. Idade média: 22 anos;
2. Estado civil: predominância de solteiros;
3. Situação escolar: predominância de 2º grau completo;
4. Religião: católicos não praticantes e evangélicos;
5. Faixa salarial Média: um a três salários mínimos;
6. Local de origem: Capital do Estado e cidades do entorno de Goiânia;

8. Local de residência: maioria na região metropolitana.

O perfil apresentado admite, que houve nos últimos anos uma ligeira preocupação no tocante ao grau de escolaridade dos candidatos, pois segundo a própria DP/3, em anos anteriores se exigia apenas o primeiro grau. Apesar dessa mudança, o perfil dos candidatos mostram com clareza a possibilidade de fragilização de valores que provocam falhas nos mecanismos inibitórios do superego podendo dar margem à manifestações agressivas desproporcionais.

2) Postura policial decorrente de moral própria: esta possibilidade equivale ao que Alexander e Staub denominaram de "Crimes perpetrados por pessoas normais, mas que possuem superego criminal" (Alexander e Staub, apud Dourado, 1965: 91). Há nesse caso, a desconfiguração de alguns valores fundamentais, formando um senso moral particular. Valores familiares frágeis são ainda mais devastados com os macro efeitos das tragédias do dia-a-dia, levando ao esvaziamento do trágico. A morte, assim como a vida, é banalizada. O policial

traz essa lógica da cultura de onde provém, mas a implanta no trabalho policial, que, inclusive, pode ajudar a solidificá-la, potencializando os seus efeitos.

3) Agressividade deslocada: o Doutor José Jorge de Moraes Zacharias, em sua tese de doutoramento apresentada na Universidade de São Paulo em 1994, sobre "Tipos Psicológicos Jungianos e Escolha Profissional - Uma Investigação com Policiais Militares na cidade de São Paulo" discorre com clareza sobre o assunto:

Podemos suspeitar que o policial-militar não está satisfeito com sua carreira profissional. Tomando por base os resultados do grupo de policiais pesquisados, notamos um alto grau de frustração frente à carreira. No capítulo II, apontamos que há uma ligação entre frustração e atitudes agressivas e preconceituosas. Pois bem, sofrendo alto grau de frustrações em seus valores terminais devido a não realização profissional (ascensão na carreira e remuneração adequada) e compreendendo adequadamente os valores instrumentais (disciplina, aceitar a hierarquia, dedicação e eficiência) o policial tende a dirigir a agressividade gerada para outro foco de projeção que não a Instituição, Será necessária a emergência de bode expiatório que catalise a agressão gerada pela frustração e não entre em

choque com os princípios de disciplina e hierarquia (por isto mesmo não pode ser a própria Instituição) e que esteja hierarquicamente abaixo da posição do policial militar, de acordo com as características da Personalidade Autoritária, descritas por Adorno. Teoricamente, sabemos que o preconceito recai aleatoriamente sobre um grupo, mas há uma indicação de qual grupo deve receber o preconceito de outro grupo. Como a aceitação pela comunidade, o contato pessoal e a preocupação com os outros foram classificados como últimos colocados na escala de valores, é sobre alguns sub-grupos da comunidade que recairia o preconceito e a opressão. (Zacharias, 1994: 196-197).

Segundo o mesmo autor, o perfil do policial parece confirmar a existência em parte do grupo da denominada "Síndrome de John Wayne", descrita por Lidgard e Bates que, basicamente, serve para negar valores pessoais, especialmente os relativos a relações interpessoais e os comunitários. Agressividade dirigida a grupos pré-determinados, preconceitos, bairrismo, dicotomia entre "bem e mal" constituem os valores característicos dessa síndrome. Parece, contudo, que o ponto central é a dicotomia "bem e mal", havendo a necessidade de

destruir-se o mal, para manter-se o bem, modificando-se toda a percepção do mundo.

O mundo fica, então, dividido entre homens bons e homens maus e os últimos devem ser destruídos e, para que isso ocorra, os valores pessoais devem abrir espaço para os valores sindrômicos e a lei rígida deve estar acima dos homens e das circunstâncias presentes. Separar, organizar, julgar e punir são características próprias da "Síndrome de John Wayne".

Em síntese, a "Síndrome de John Wayne" representa a utilização de mecanismos de defesa, especialmente o deslocamento e a racionalização para legitimar a conduta agressiva, acima da lei, e sem possibilidades de controle efetivo.

4) Agressividade situacional: equivale às ações transgressivas situacionais, descritas por Alexander e Staub (apud Dourado, 1965: 91) e resulta de intenso choque emocional que paralisa os mecanismos inibitórios do superego. O que ocorre nessa possibilidade é um processo de desgaste físico e mental decorrente do trabalho policial,

principalmente das condições de trabalho e do envolvimento em outras ocorrências graves. O intenso choque que determina a ação agressiva é decorrente do "Burn-Out" que aparece na terceira fase do "stress" (fase de esgotamento).

3. 2. 2. Influência da ocorrência sobre o Policial Militar

Descritas as possibilidades de condições internas dos Policiais Militares influenciarem o resultado da ocorrência, cabe agora analisar o sentido inverso; como o resultado de ocorrências graves podem influenciar as condições internas do policial.

Pensando no que deve ser a regra geral do trabalho policial, ou seja, o atendimento às ocorrências com equilíbrio, usando a agressividade de forma moderada apenas para quebrar a resistência do marginal infrator, não devemos supor que o

Policial prossiga imune após o atendimento de uma ocorrência de alto risco, especialmente se houve morte ou ferimentos grave.

Spielberguer em 1981 projetou uma pesquisa para identificar as principais fontes de stress no trabalho da polícia. Para isso, selecionou oitenta itens considerados estressores e que envolviam todas as fases do trabalho da polícia. A seleção desses itens foi feita com ajuda de um comitê consultivo de que faziam parte experientes policiais e administradores de polícia. Esses oitenta itens foram testados através de uma pesquisa-piloto para cinquenta policiais. Desses oitenta itens testados nos cinquenta policiais, foram selecionados sessenta, por ordem de importância como elemento estressor. Uma vez completado o instrumento de pesquisa, foram enviados pelo correio para 1350 policiais, sendo que apenas 210 deles responderam corretamente.

Desses sessenta itens selecionados os três considerados mais importantes e que receberam a mais alta classificação de stress foram:

- 1) Morte de colega no cumprimento do dever.
- 2) Matar alguém no cumprimento do dever.
- 3) Exposição de crianças espancadas ou mortas (Spielberguer, apud Romano, 1989: 22-23).

Como se pode observar o evento "morte" esteve presente nos três principais estressores da pesquisa de Spielberguer.

Ainda segundo o autor da pesquisa, o policial é constantemente exposto à agressão, violência e crueldade, devendo freqüentemente intervir em situações de problemas humanos de alta tensão que podem gerar sentimentos de raiva, ansiedade, alienação e depressão. "Proibidos que são de expressar estes sentimentos, os quais são respostas normais à frustração, muitos Policiais desenvolvem características de esquiva emocional, cinismo e autoritarismo" (Reiser, apud Romano, 1989: 23).

Do mesmo modo, a professora Ana Silvia Penteado Fiore Romano projetou uma pesquisa para: identificar as fontes de stress no trabalho de soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo; verificar o nível de tensão que os Policiais

atribuem às fontes de "stress" ocupacional com as quais lidam e elaborar uma proposta de programa de curso de controle de stress específico para os soldados daquela Polícia Militar.

Para a realização desse trabalho foi estruturado um instrumento preliminar e aplicado em dez Policiais Militares em estudo-piloto. Após o estudo-piloto, chegou-se ao instrumento final que foi aplicado a um grupo de 153 Policiais Militares das cidades de Campinas, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, com dois a cinco anos de serviço. Os eventos considerados mais estressantes foram, pela ordem:

- 1) ver colega morto no cumprimento do dever;
- 2) morte de parceiro; e
- 3) receber salário insuficiente (Romano, 1989: 49).

Observe-se que o evento "ver colega morto no cumprimento do dever" apareceu como mais estressante tanto na pesquisa de Spielberger como na pesquisa brasileira de Romano. No entanto, a morte de outras pessoas e até aquela provocada pelo policial no

cumprimento do dever não apareceu como evento estressante na pesquisa brasileira.

A explicação dada pela autora brasileira para esse fato é de que:

"talvez o fato dos soldados desta amostra terem, no máximo, cinco anos de experiência profissional possa tê-los influenciado a fazer uma classificação "suposta" deste evento; isto é, talvez na realidade não tenham tido contato com essa situação. Assim é possível que os soldados tenham respondido de acordo com o pressuposto adquirido no treinamento, de que policial pode matar em legítima defesa no cumprimento do dever, portanto fazendo parte de sua rotina de trabalho". (Romano, 1989: 56).

No entanto, a morte é muito valorizada pelo ser humano, desde a infância até a vida adulta, sendo considerada por vários autores como potente fonte de stress. Daí porque de se estranhar a ausência da morte de terceiros na pesquisa conduzida pela autora. Talvez uma outra hipótese ligada ao afrouxamento ou modificação de valores, como já foi

descrita, deva ser considerada para explicar o resultado da pesquisa brasileira.

Em outro trabalho, John M. Violanti sustenta que a percepção da situação geradora de stress está ligada a estágios transitórios da carreira policial assim divididos:

- 1) Estágio de alarme (0 a 5 anos);
- 2) Estágio de desencanto (6 a 13 anos); e
- 3) Estágio de personalização (14 a 20 anos)

(Violanti, 1993: 19).

Segundo o autor, o estágio de alarme pode ser equiparado ao "choque da realidade", constatação pelo policial novato de que o trabalho real da polícia é bem diferente daquele aprendido na Escola de Formação. O stress deve crescer intensamente durante essa fase, à medida em que o jovem policial vai sendo exposto à experiência do trabalho real.

O estágio de desencanto geralmente ocorre durante o sexto ano, prolongando-se até o meio da carreira. É um tempo de amarga decepção para muitos policiais, uma constatação de que as pressões e exigências ultrapassam de longe a sua capacidade de

reagir com êxito. O stress deve continuar a aumentar durante esse estágio, em nível superior em relação ao estágio de alarme.

Da metade da carreira até por volta dos 20 anos de serviço, os policiais atravessam um estágio de personalização. Nessa época, os policiais costumam dar ênfase a metas pessoais em detrimento das metas de trabalho. Essa mudança de valores pode ter efeito decrescente no stress.

Após 20 anos de serviço ocorreu um período caracteriza por um estágio de reflexão. Os policiais, nesse período, parecem preocupar-se menos com o trabalho, determinando um decréscimo contínuo do stress. Parece ser esse o período menos estressante do trabalho policial (Violanti, 1993, p. 19 - 22).

As considerações de Violanti são de extrema importância para o entendimento do perfil do policial militar que mais se envolve em ocorrências graves e como essas ocorrências podem potencializar o já elevado stress do trabalho policial.

4. CRIAÇÃO DE PROGRAMA ASSISTENCIAL

O psicólogo Ib Martins Ribeiro, diante do quadro que envolve a grande maioria dos Policiais, fez algumas indagações: "Quantos policiais não cometeram ilícitos, deixaram de atuar adequadamente, foram punidos e demitidos por estarem altamente estressados? Quanto a imagem da PM não foi maculada por policias que cometeram bobagens (sic) as quais foram espertamente explorada pela imprensa. Muitas dessas bobagens não poderiam ser resultados dos problemas emocionais que vão se acumulando e provocam o estresse e outros tipos de transtornos no PM?"

Em razão de inúmeros estudos nesse sentido, os administradores já começam a reconhecer a importância e o grau de responsabilidade que eles têm na preservação e manutenção da saúde, estabilidade e força produtiva no trabalho de seu profissional.

Para isso, os responsáveis pela saúde física e mental dos Policiais deverão ficar sempre alertas, vez que as mudanças de comportamento provocadas pelo estresse, não acontecem da noite para o dia. São lentas ao ponto de passar despercebidas até mesmo para os amigos e familiares que convivem diretamente com o homem estressado.

Não bastasse isso, quando se fala com o Policial, ele não admite que precisa de ajuda, só procura apoio depois que o problema atingiu proporções alarmantes ou está quase lhe custando a vida.

Uma pesquisa feita pelo Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo, através do Departamento de Perícias, no período de 1960 a 1987, constatou que dos Policiais Militares que foram reformados por incapacidade definitiva, 28% foram por problemas psiquiátricos, 25% por acidentes do trabalho, 18% por problemas neurológicos e 16% por acidentes ortopédicos.

O psicólogo Ib Martins Ribeiro, Diante desses números, concluiu pela necessidade de se criar uma

cultura de prevenção, de forma que se possa evitar trabalhar com o Policial estressado. Para ele é importante se ter a consciência de que o profissional doente trará conseqüências comprometedoras não só para si mas também para o serviço, para a Corporação e para a sociedade. (Ribeiro, 1993: 14 - 17)

4.1. Programas assistenciais existentes

Diante deste quadro avassalador, algumas Corporações, numa clara demonstração de respeito para com o ser humano e, sobretudo procurando zelar pela sua imagem e pela qualidade do serviço que presta à sociedade, têm procurado criar programas de prevenção ao "stress" e de assistência e acompanhamento a Policiais Militares que participaram de ocorrência de alto risco. Aqui será mostrado os programas existentes no Brasil e em alguns Estados dos Estados Unidos da América.

4.1.1. No Brasil

a) A Polícia Militar do Estado de São Paulo -PMESP, a partir de 1994, começou a se preocupar com o grande número de Policiais Militares envolvidos em ocorrências de alto risco. Essa preocupação se deu porque os Policiais envolvidos em tais ocorrências passaram a demonstrar desequilíbrio emocional nas ocorrências seguintes, deixando de agir pautado na lei para agir de acordo com o momento e a sua vontade própria, provocando assim, grande desgaste institucional.

Pioneira no Brasil, a PMESP criou o Programa de Acompanhamento, Avaliação e Assistência a Policiais Militares envolvidos em ocorrência de Alto Risco-PROAR. Este programa inicialmente tinha como conjunto de ações a prevenção quanto ao aparecimento de desequilíbrios resultantes da participação do PM em ocorrências graves. Buscava dar ênfase ao estudo diagnóstico individual e as ações preventivas de caráter informativo. Este

programa era composto basicamente das seguintes atividades:

- 1) estudo diagnóstico individual;
- 2) atividade física;
- 3) dinâmica de grupo;
- 4) palestras e visitas;
- 5) avaliação final.

O Policial Militar com resultado negativo no exame psicológico era afastado das atividades Operacionais por um período mínimo de três meses, após o que era submetido a novo exame, repetindo-se o procedimento até que estivesse novamente em condições de retorno ao trabalho de policiamento.

Com o passar do tempo, a PMESP, após estudos aprofundados, promoveu diversas alterações na estrutura do PROAR, moldando-o de acordo com a realidade da Corporação.

O programa que inicialmente procurava apenas afastar e assistir o Policial depois de apresentar os desequilíbrios, passou a se preocupar mais com a prevenção, no sentido de evitar que as seqüelas nele se instalasse.

b) A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a partir de 21 de Janeiro de 1998, também preocupada com o desequilíbrio emocional do Policial, que manifestava-se sob a forma de truculência durante o atendimento de ocorrência, editou a resolução n.º 005/98/Adj-5/PM-2/PMMG, que tinha como objetivo prevenir a ocorrência de situações indesejáveis para a Corporação e para a sociedade; para atingir tais objetivos determinou:

1) a retirada do serviço Operacional (contato direto com o público) dos Policiais-Militares e Bombeiros-Militares que esteja indiciados em Inquérito Policial Militar-IPM, ou processados, por crimes contra a pessoa e/ou o patrimônio;

2) o afastamento do serviço operacional externo das praças de mal comportamento;

3) o afastamento dos serviço operacional nas mesmas condições de militares que estejam em uso constante de medicamentos controlados por distúrbios de comportamento ou que estejam submetidos a

acompanhamento psicológico, mediante prescrição médica;

4) os militares enquadrados nos itens anteriores, deverão ser reciclados no âmbito da unidade, ficando o seu retorno às escalas de serviço operacional externo condicionado a uma avaliação multidisciplinar, da qual participem o subcomandante, o comandante de companhia, o médico e o psicólogo das respectivas subseção de assistência a saúde.

c)- A Policia Militar do Estado de Mato grosso, também vem manifestando sua preocupação com o Policial Militar e com os reflexos e conseqüências de sua ação tanto para a sociedade, quanto para a imagem da Instituição.

Prova disso, foi a matéria intitulada: "Polícia investe no combate ao estresse em suas fileiras", veiculada no Jornal a Gazeta, edição de 23 de abril de 1999, Cuiabá-MT, onde o jornalista João Bosco de Almeida Souza, assim disserta:

A profissão de Policial Militar é uma das que mais provoca Estresse. Um dos motivos é a rotina de turno de 24 por 24 horas, sem falar do contato

permanente com situações de homicídios, suicídios, seqüestros, roubos, assaltos e tiroteios. O profissional, vive o tempo todo, no limite de sua resistência, com a adrenalina em quantidade exagerada. O resultado é o estresse, que pode provocar doenças, segundo a psicóloga Liliane Castro Portugal.

A policia Militar de Mato Grosso iniciou um programa a fim de ensinar técnicas para prevenir e combater o estresse. O programa começou ontem com o contingente feminino. O inicio do programa com as mulheres foi motivado pelo fato. Tensão pré-menstrual, que normalmente é causador de estresse na população feminina, agravando o estresse provocado pela profissão de policial.

Segundo Liliane Portugal, o estresse, além de mudanças físicas, também altera o humor, o que compromete as relações de trabalho. Ela diz que não há como exigir qualidade sem enfatizar os recursos humano. não posso dizer para o profissional atender bem o cliente se ele não tem condições par tanto. A psicóloga enfatiza que a Polícia Militar está investindo nos seus recursos.

As técnicas ensinadas não tem só a finalidade de combater o estresse no ambiente de trabalho. Podem ser utilizadas para o ambiente familiar e melhorar o relacionamento emocional. Liliane disse que há um ano já vem trabalhando com a policia , fazendo pesquisa que fundamentou as ações atuais.

Do mesmo modo a Polícia Militar do Estado de Goiás, através da ordem/recomendação n.º 002 e

003/99, datada de 22 de fevereiro de 1999, expedida pelo excelentíssimo senhor Comandante geral, determina que:

A partir daquela data, todos os Policiais Militares que participarem de ocorrência de vulto, troca de tiros com algum marginal, havendo ou não morte, tiros para intimidar e /ou apresentem sinais de depressão ou agressividade, deverão ser encaminhados a uma das psicólogas da PMGO, para fins de acompanhamento e emissão de parecer. De igual forma determinou também que as transferencias de Policiais Militares para o Batalhão de Choque, para serem concretizadas, só com parecer psicológico favorável.

A psicóloga Neide Alves da Costa Scheiblich, há dois anos prestando serviço no hospital da PMGO, relata ao ser entrevistada a falta de dados estatístico a respeito do número de Policiais em tratamento psicológico. Segundo ela, o problema clínico que mais afeta o Policial é o "stress" proveniente da atividade-fim. Manifestou a necessidade do encaminhamento de Policiais para

receberem assistência psicológica, sempre que se envolverem em ocorrência de alto risco, pois tal fato traz conseqüência à saúde física e psicológica. Hoje, o Policial é avaliado e encaminhado para a área clínica ou para grupos de tratamento de alcoolismo, diabete e, quando necessário a internação.

Quanto a criação de um programa assistencial a Policiais Militares, a psicóloga Neide entende como, extremamente, necessário dado as peculiaridades do serviço policial.

Conforme se vê, na verdade, as Corporações começam, ainda que de forma bastante tímida, a dar sinais de preocupação com a saúde física e mental do Policial. Todavia, a única que possui um programa consistente e estruturado é a Polícia Militar do Estado de São Paulo. As demais, ainda estão procurando se estruturar no sentido de implantar definitivamente, um programa levado a efeito por especialistas, para assistir o Policial como deve ser assistido.

4.1.2. Nos Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América- USA, no ano de 1997, foi desenvolvido pelo U.S. Department Of Justice, um programa de prevenção e tratamento do "stress" visando detectar os problemas e causas no meio policial.

Este programa originou-se com base nas conclusões práticas da Justiça criminal e das publicações do Instituto Nacional de Justiça. Continham relatos com opiniões e conclusões na área administrativa, baseadas na revisão, na pesquisa, experiências operacionais e opiniões de peritos. O programa tinha a intenção de fornecer subsídios para proporcionar um melhor planejamntos, visando implementar e melhorar os programas de acordo com a necessidade.

Tal Programa foi criado pelos pesquisadores Norte americanos "Peter Finn e Julie Esselman Tomz, sendo editado com o nome de: Desenvolvendo uma Lei

que Reforça o Programa de combate ao Stress para Policiais e suas Famílias.

O programa consistia na paciência e prudência cuidadosa antes e durante o desenvolvimento do programa. Recomendava uma sistemática aproximação, focalizando que a prevenção é tão boa quanto o próprio tratamento, tanto a nível individual quanto a níveis organizacionais.

As leis básicas de combate ao stress envolvem administradores, representantes, gerentes, membros da família e outros, que irão fiscalizar e assegurar o perfeito cumprimento e uso do programa.

Quando é determinada a população alvo, o executor do programa deverá levar em consideração as suas condições económicas, as avaliações necessárias e como a sua escolha vai afetar na credibilidade do programa.

O departamento de policia do Estado de Michigan, desenvolveu através do seu departamento de recurso humanos, algumas linhas de conduta para detectar o problema no seu meio. Consistia em analisar as questões internas, observando,

identificando e selecionando os Policiais que melhores rendiam no serviço. Envolvia os administradores, gerentes, familiares e representantes da Polícia.

Através dos relatos e experiências por eles feitos, foi desenvolvido um programa individual com as seguintes partes:

- a) programa de apoio e suporte e;
- b) Acompanhamento do indivíduo primário.

Após vários estudos chegaram a conclusão de que o meio mais eficaz no combate ao "stress" Policial era a prevenção, direcionando os estudos à Empresa Profissional e Especializada no Tratamento de Problemas Mentais-E.A.P.

Com o mesmo objetivo, o departamento de polícia de Buffalo, realizou diversos curso de combate ao stress Policial , esses curso eram realizados em conjunto com as famílias de Policiais estressados e com representantes da própria população em geral. Foram constatados a falta de condições de trabalho e problemas mentais que levaram vários Policiais ao suicídio. Foram

detectados também a existência de Policiais viciados em drogas e álcool.

As causas e os efeitos desses desequilíbrios, foram analisadas por Peter Finn e Julie Esselman Tomz que relataram no programa "Desenvolvendo uma lei que reforça o programa de combate ao stress para policias e seus familiares", da seguinte forma:

O papel de um Policial na América contemporânea é de natureza bastante paradoxal. Ele é um salvador, um auxiliador, e, às vezes, um juiz. De repente, como guardião da lei ele se torna a raiz de muitos problemas, no momento em que aplica uma multa, efetua uma prisão, ou usa arma mortal. Essa mudança repentina na forma de atuação é um processo difícil de se entender funcionalmente e incompreensível emocionalmente. Esta síndrome de ajuda atrapalha, é um teste diário para as emoções de um Policial. Acrescente a isto os rigores do trabalho, nos fins de semana, nos feriados, a noite, os plantões, e as longas horas, e será fácil ver porque a atividade policial é considerada altamente vulnerável. Essa viagem emocional dos Policiais não é uma descoberta recente. No entanto, se não for controlada, torna-se devastadoramente real. É o que se chama o "stress" Policial. Os policiais veteranos de todos os países podem contar historias de horrores sobre como o "stress" não controlado pode causar dor e sofrimento naqueles que a ele atinge. A reação de um

Policial ao stress pessoal é crucial para o seu sucesso ou fracasso de toda a missão Policial. (Peter Finn and Julie Esselman, Developing a Law Enforcement Stress Program for Officers and Their Families, U.S Department Of Justice, March, 1997).

A Organização das Nações Unidas- ONU, preocupada, também, com esse aspecto, na convenção de Lisboa em 1995, estabeleceu os princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei. Segundo o estabelecido nessa convenção os governos e os organismos de aplicação da lei, devem garantir a aconselhamento psicológico aos funcionários responsáveis pela aplicação da lei envolvidos em situações em que sejam utilizadas a força e a arma de fogo.

5. PESQUISA DE CAMPO

Para que se pudesse ter uma visão mais próxima da realidade porque vive o Policial Militar da PMGO, especificamente os que atuam na atividade fim na cidade de Goiânia, o instrumento mais apropriado não poderia ser outro se não uma pesquisa de campo. Por essa razão, apresentamos a seguir os resultados, os quais serão feitos em forma de tabelas e gráficos estatísticos, onde se verificará, de forma bastante clara as opiniões dos Policiais Militares pesquisados.

5.1. Caracterização da população

Na execução do projeto de pesquisa, para a coleta dos dados, foram distribuídos seiscentos questionários entre o 1º Batalhão, 7º Batalhão, 8º

Batalhão, 9º Batalhão, 13º Batalhão, Batalhão de Polícia Militar de Choque, Batalhão de Polícia Militar de Transito, Regimento de Polícia Montada, Academia de Polícia Militar -

APM e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP. A proporção foi de sessenta questionários para cada Unidade. A população amostral constou de Policiais Militares do sexo masculino; todos atuaram ou atuam na atividade fim da Corporação e já se envolveram em ocorrência policial de natureza grave com disparo de arma de fogo.

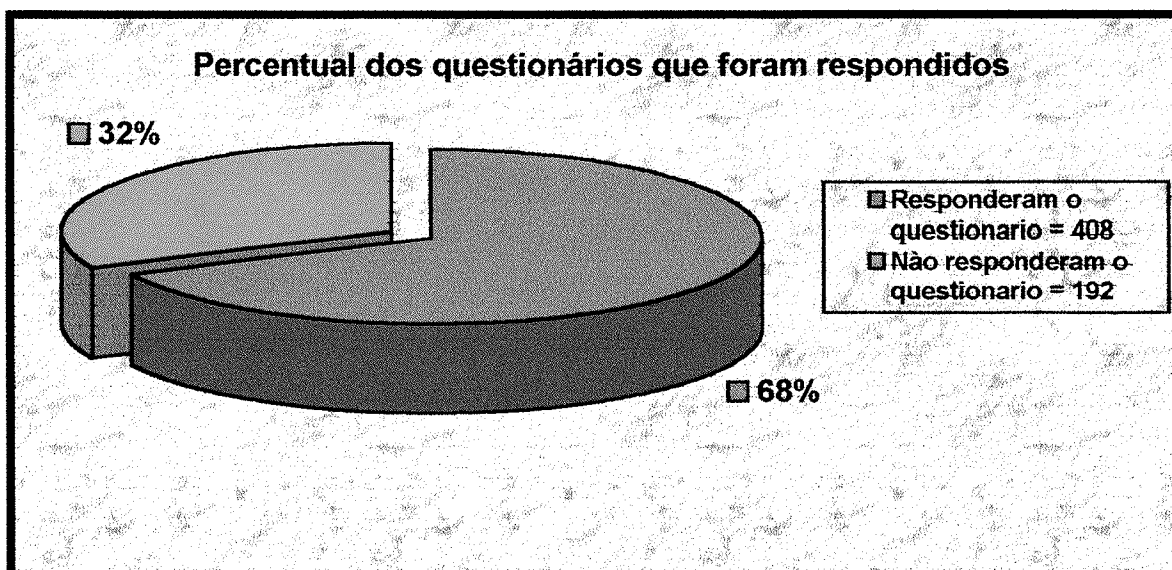
Tabela n.º 01

Questionários distribuídos e devolvidos

DISTRIBUÍDOS	DEVOLVIDOS
600	408
100%	68%

Fonte: Pesquisa do autor, junho/99

Gráfico n.º 01



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Conforme se pode observar, dos seiscentos questionários distribuídos apenas quatrocentos e oito foram devolvidos devidamente respondidos, ou seja, 68%, os demais, num total de cento e noventa e dois, foram extraviados.

5.2. Apresentação e análise dos dados coletados

Dispostos, sumariamente, as características da população amostral, necessário se faz agora apresentar e analisar os dados que permitirão

aflorar e identificar as seqüelas físicas e emocionais que as ocorrências de alto risco com disparo de arma fogo deixam nos componentes da Polícia Militar que atuam em Goiânia, o tipo de apoio que tem recebido e, ainda, que medidas deverão ser tomadas pela Corporação em tais casos para eliminar tais seqüelas.

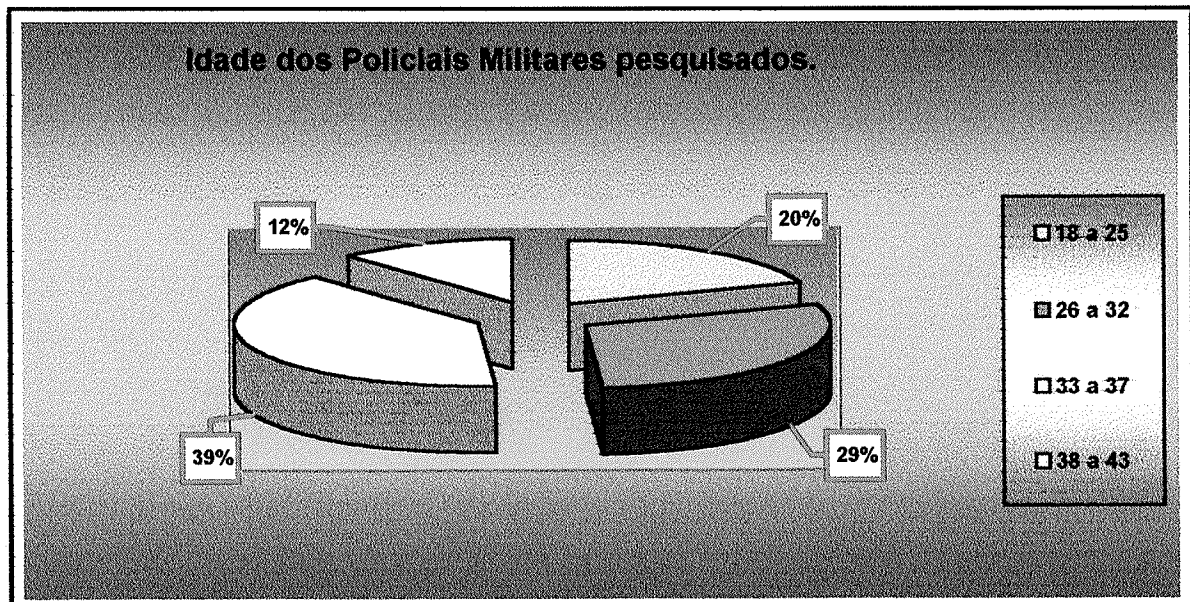
Tabela n.º 02

Idade do público interno da PM em Goiânia.

IDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
18 a 25	80	20%
26 a 32	120	29%
33 a 37	160	39%
38 a 43	48	12%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 02



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Nas principais Unidades da Capital procuramos saber, por faixa etária dos pesquisados, número de Policiais Militares que mais se envolveram em ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo. A pesquisa mostrou que 39% deles estão na faixa etária entre

33 a 37 anos de idade, 29% estão entre 26 a 32 anos, 20% entre 18 a 25 anos e 12% estão na faixa entre 38 a 43 anos.

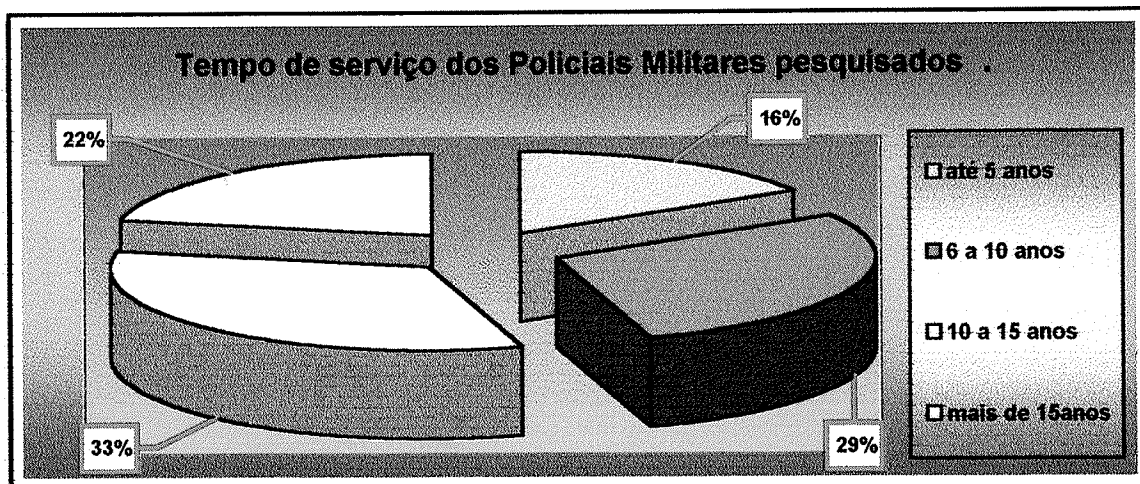
Tabela n.º 03

Tempo de Serviço do público interno.

TEMPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Até 5 anos	67	16%
6 a 10 anos	118	29%
10 a 15 anos	135	33%
Mais 15 anos	88	22%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho/99

Gráfico n.º 03



Fonte: Pesquisa do autor, junho/99

Verificou-se aqui a relação entre o tempo de serviço dos Policiais Militares pesquisados e o seu envolvimento em ocorrência de alto risco. Em termos percentuais, essa relação ficou da seguinte forma: 33% dos que se envolveram em ocorrência de alto risco tem entre 10 e 15 anos de serviço, 29% tem

entre 6 e 10, 22% tem mais de 15 anos de serviço e, por fim, com até cinco anos de serviço, estão os que menos se envolveram, com um percentual de 16%.

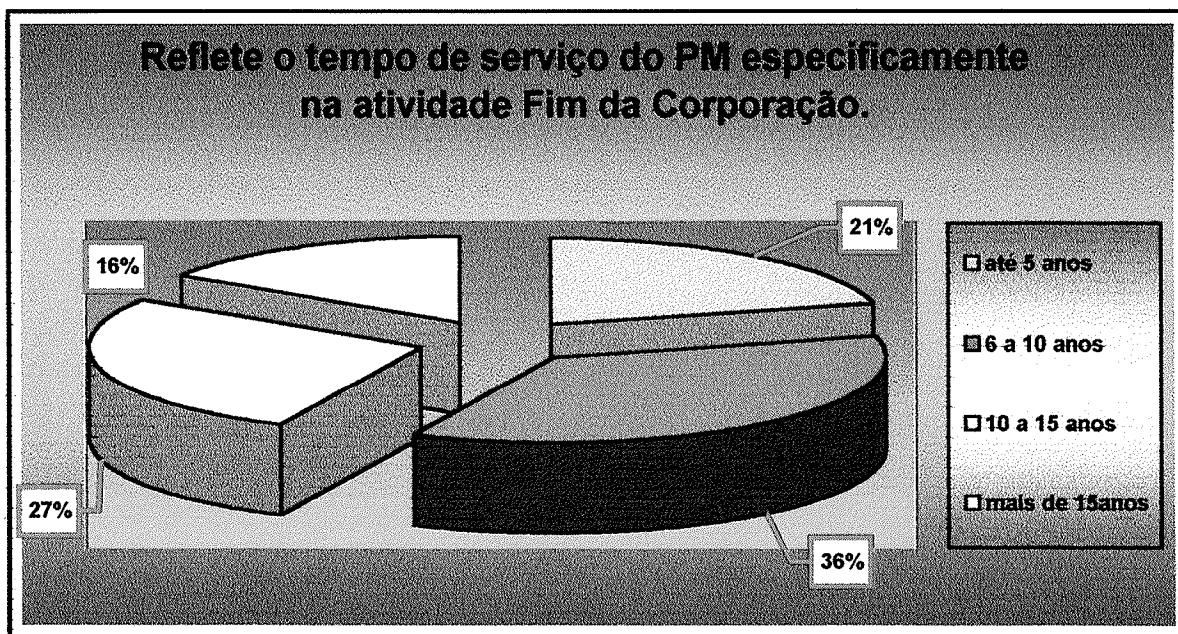
Tabela n.º 04

Tempo de serviço do público interno da PM em Goiânia na atividade fim.

TEMPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Até 5 anos	86	21%
6 a 10 anos	146	36%
10 a 15 anos	111	27%
Mais 15 anos	65	16%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho/99

Gráfico n.º 04



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

É de suma importância a análise deste campo, para que se possa melhor avaliar as possíveis seqüelas deixadas no Policial pelo longo tempo de serviço na atividade fim, com chances de maiores envolvimento em ocorrências graves com disparo de arma de fogo.

Conforme o gráfico acima, o percentual ficou distribuído da seguinte forma: 36% dos pesquisados estão entre 6 a 10 anos, 27% estão entre 10 a 15 anos, 21% estão com até 5 anos e os que menos se envolveram estão com mais de 15 anos de serviço.

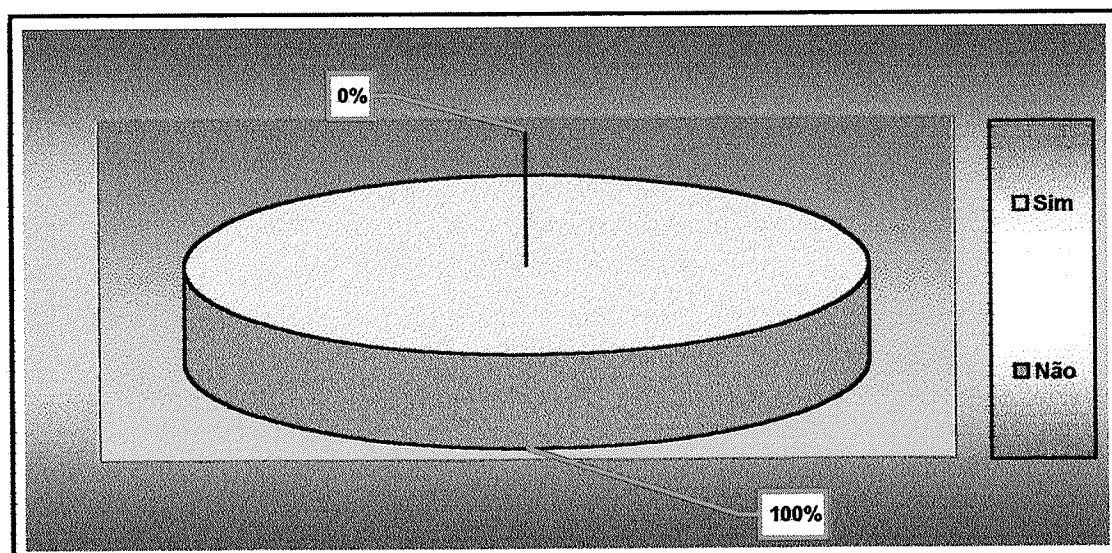
Tabela n.º 05

Envolvimento do público interno da PM em Goiânia, em ocorrência de alto risco.

ENVOL. DE PM	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	408	100%
Não	- 0 -	0%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 05



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Como o questionário foi dirigido aos Policiais Militares que se envolveram em ocorrência de natureza grave, os que se habilitaram a fazê-lo informaram que já participaram em confronto com marginais, sendo, assim, encontrado o percentual de 100%.

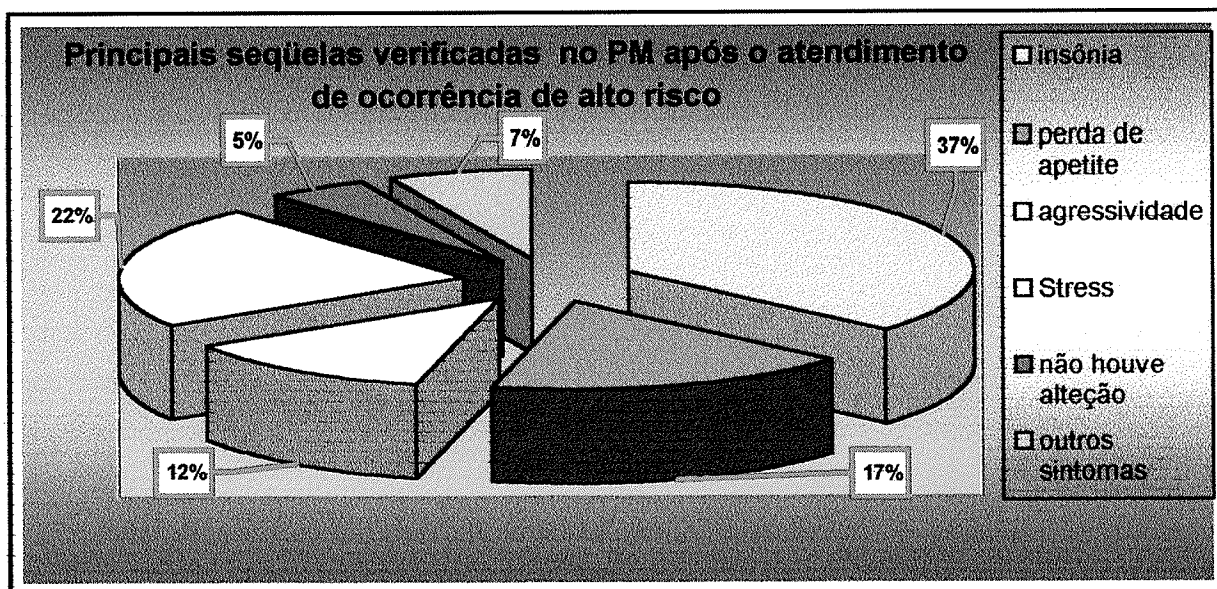
Tabela n.º 06

Alterações verificadas no comportamento do público interno, após envolverem-se em ocorrência de alto risco.

ALTERAÇÕES NO COMPORTAMENTO.	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Insônia	150	37%
Perda de apetite	70	17%
Agressividade	50	12%
Stress	91	22%
Não houve alteração	20	5%
Outros sintomas	27	7%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 06



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

No tocante às seqüelas, que são resíduos do atendimento de ocorrência de alto risco deixadas nos Policiais Militares, a análise deste gráfico mostra que as alterações comportamentais foram múltiplas, tais como insônia, perda do apetite, agressividades com os familiares e outras formas de estresse. Cabe ressaltar, todavia, que além dos sintomas mencionados, grande parte dos pesquisados, apontaram outros tipos de problemas, como pânico no atendimento das ocorrências posteriores, medo de retaliação do marginal ou de seus familiares,

sensação vulnerabilidade, ansiedade e redução da função sexual. Apenas 5% dos Policiais Militares pesquisados não apresentaram alterações no seu comportamento.

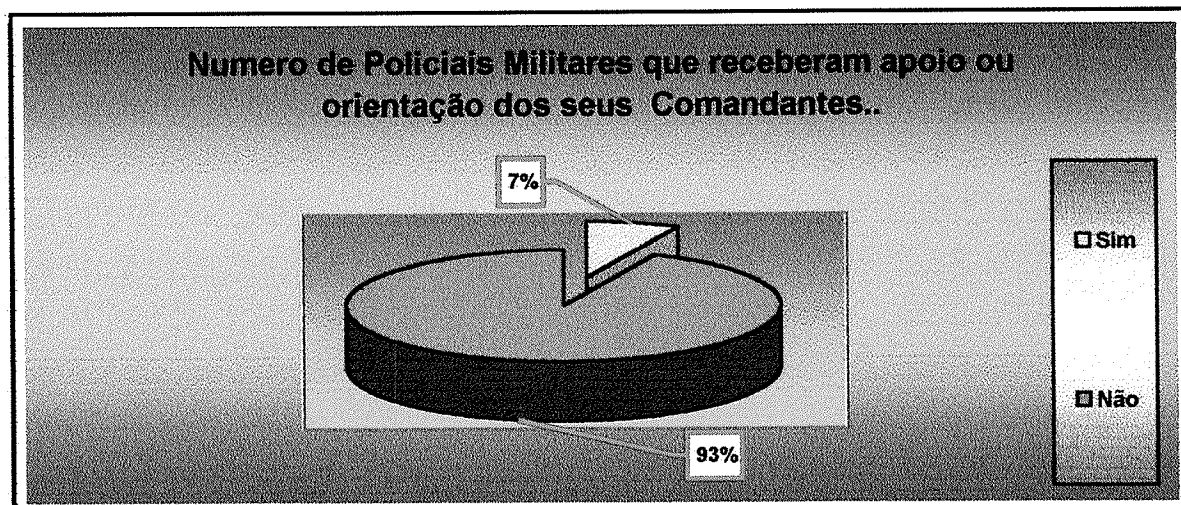
Tabela n.º 07

Numero de Policiais Militares que receberam apoio ou orientação de seus comandantes.

FORAM PROCURADOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	28	7%
Não	380	93%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho/99

Gráfico n.º 07



Fonte: Pesquisa do autor, junho/99

Ficou constatado, neste campo da pesquisa que dificilmente o comandante imediato do Policial ou seu Comandante de Batalhão o procura quando fica sabendo do seu envolvimento em ocorrência de alto risco: 93% afirmam que nunca foi procurado, 7% afirmam que foram procurados.

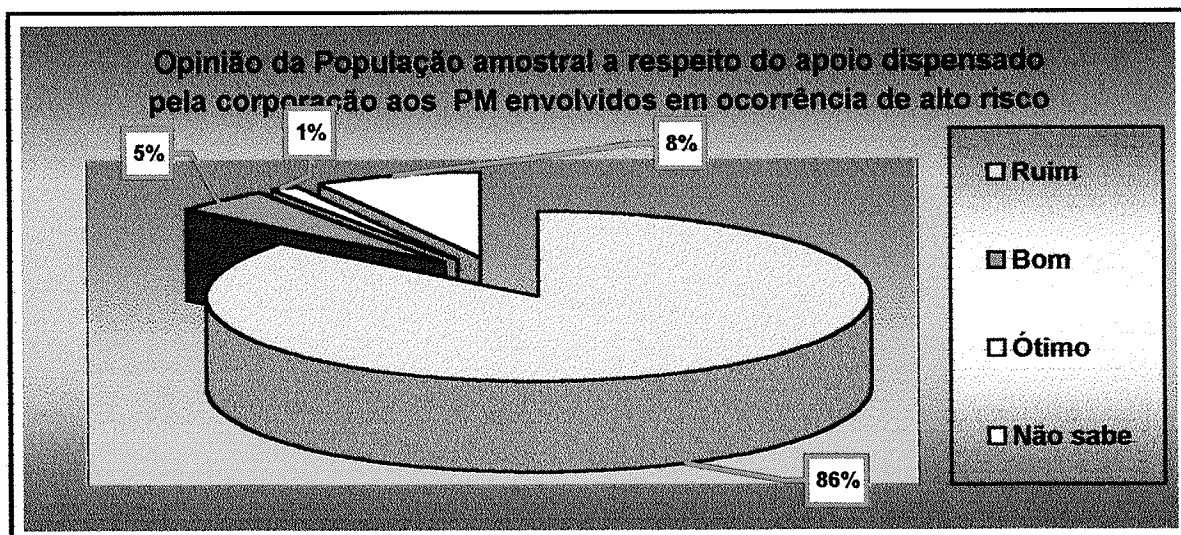
Tabela 08

Opinião da População amostral a respeito do apoio dispensado pela corporação aos PM envolvidos em ocorrências de alto risco

APOIO DISPENS. AO PM	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ruim	350	86%
Bom	20	5%
Ótimo	05	1%
Não sabe	33	8%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 08



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Na opinião dos Policiais Militares que se envolveram em ocorrência de alto risco, a Corporação presta um mau atendimento. Conforme o gráfico, ficou assim o percentual das opiniões manifestadas: 86% acham que é ruim o atendimento, 8% não souberam opinar, 5% acham que é bom, e somente 1% conceitua o atendimento como sendo ótimo.

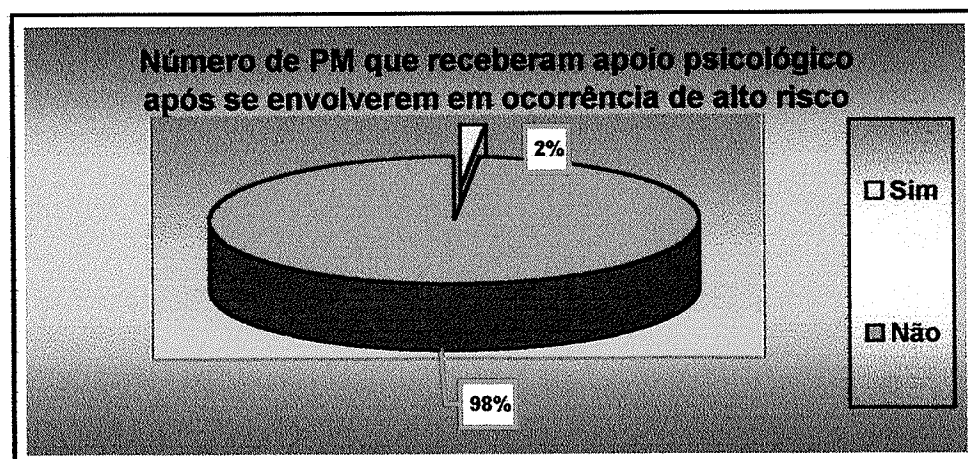
Tabela n.º 09

Numero de Policiais Militares, que receberam apoio psicológico após envolverem-se em ocorrência de alto risco.

REC. APOIO PSICOL.	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	7	2%
Não	401	92%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 09



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Neste campo da pesquisa, procuramos saber dos Policiais Militares, que se envolveram em ocorrência de alto risco, se receberam apoio psicológico. Notamos que quase todos foram unânimes em afirmar que, após o evento, não receberam apoio psicológico. Ficaram, assim as estatísticas: 98% não receberam apoio e 2% foram apoiados psicologicamente.

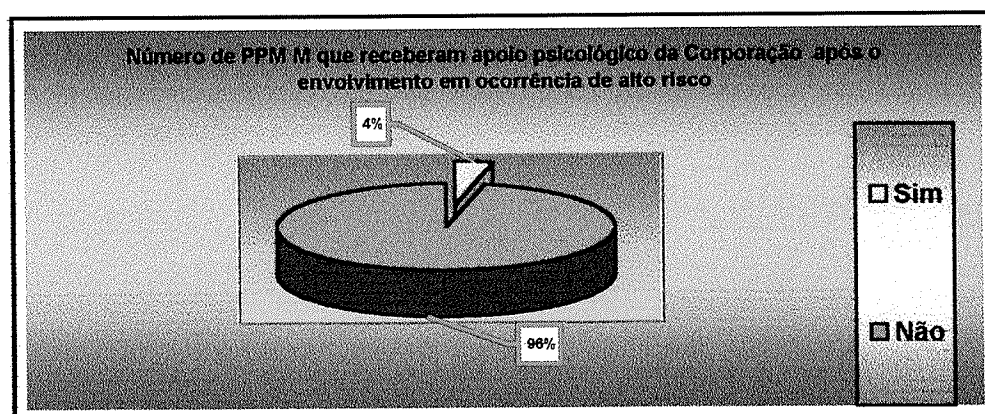
Tabela n.º 10

Número de Policiais Militares que receberam apoio psicológico da Corporação, quando do envolvimento em ocorrência de alto risco

RECEBERAM APOIO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	15	4%
Não	393	96%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 10



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Neste campo da pesquisa procuramos saber se a Polícia Militar, tomou providências no sentido de afastar o Policial, após tomar conhecimento de sua participação em ocorrência de alto risco, a fim de apoiá-lo. Os dados graficamente ficaram assim representados: 96% responderam que não e somente 4% responderam que sim.

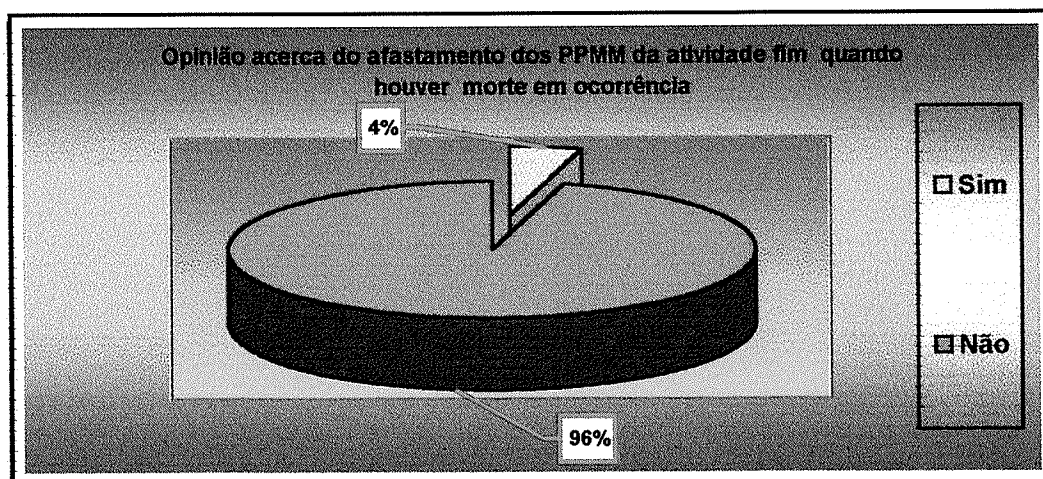
Tabela n.º 11

Quando existir morte o afastamento da atividade fim deve ocorrer?

AFASTAMENTO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	18	4%
Não	390	96%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho /99

Gráfico n.º 11



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

A grande maioria dos Policiais Militares é contra o afastamento da atividade fim. O reflexo do afastamento, entre aqueles que se envolveram em ocorrência de alto risco, é recebido com uma punição. 96% são contra, e 4% dos pesquisados acham que devem ser afastados.

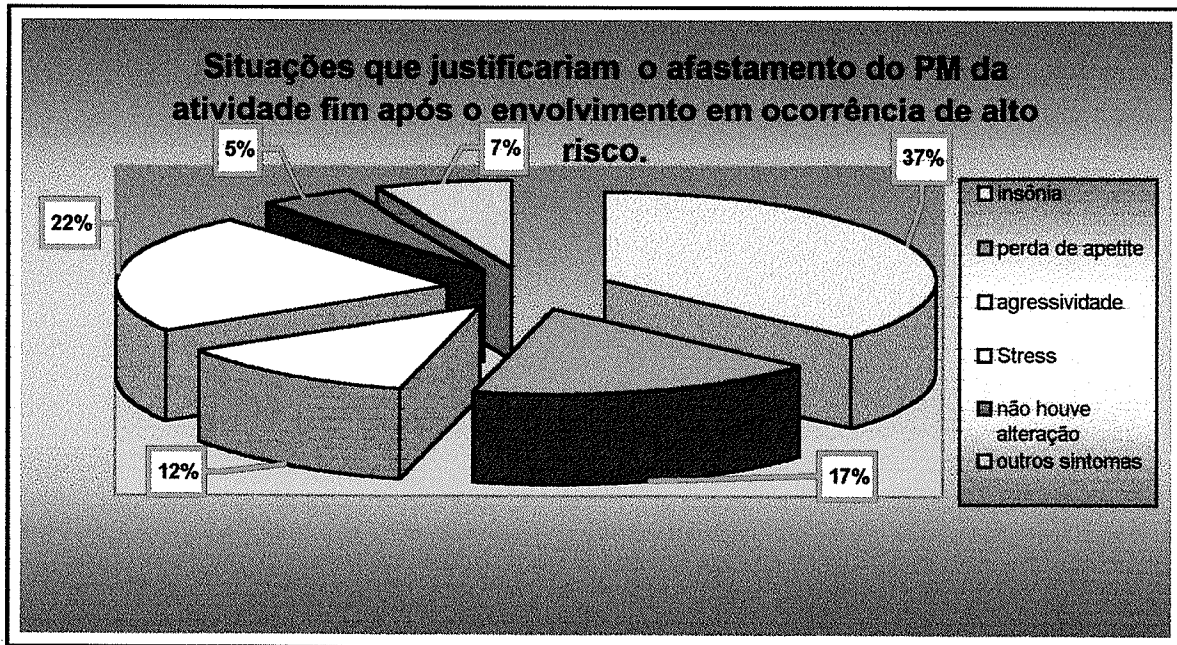
Tabela n.º 12

Situações que justificariam o afastamento do PM da atividade fim após o envolvimento em ocorrência de alto risco.

SITUAÇÕES	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Seqüelas emocionais graves	200	48%
Agressividade excessiva	100	25%
Medo de próximos confrontos	60	15%
Excesso de confiança	48	12%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 12



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

No gráfico anterior ficou constatado que os Policiais Militares são contra o afastamento da atividade fim, quando do envolvimento em ocorrência em que haja morte. Um total de 48% acham, contudo, que deve ocorrer o afastamento quando resultar seqüelas emocionais e, 25% acham que devem ser afastados somente aqueles que após o evento se comportarem de forma agressiva; 15% opinaram pelo afastamento, quando persistir o medo nos próximos confronto. E, finalmente, 12% opinam pelo afastamento daqueles que trabalham com excesso de confiança.

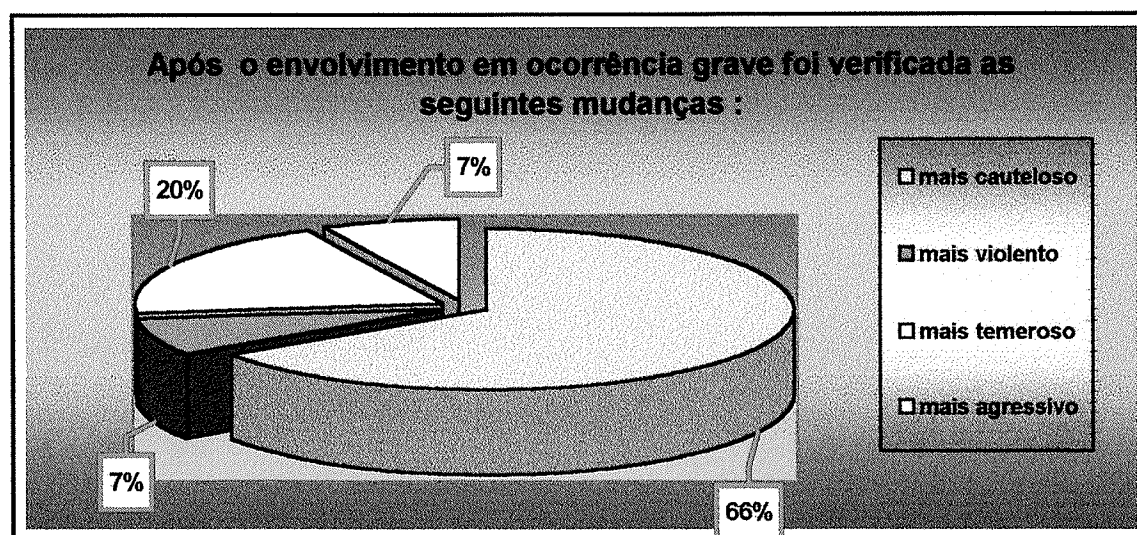
Tabela n.º 13

Mudanças na forma de atuação após o envolvimento em ocorrência grave.

MUDANÇA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Mais cauteloso	268	66%
Mais violento	30	7%
Mais temeroso	80	20%
Mais agressivo	30	7%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Gráfico n.º 13



Fonte: Pesquisa do autor, junho / 99

Após as experiências adquiridas no atendimento de ocorrência de alto risco, os Policiais Militares mudaram a forma de atuar nas ocorrências. 66% ficaram mais cautelosos, 20%

ficaram mais temerosos, 7% mais violentos e 7% mais agressivos.

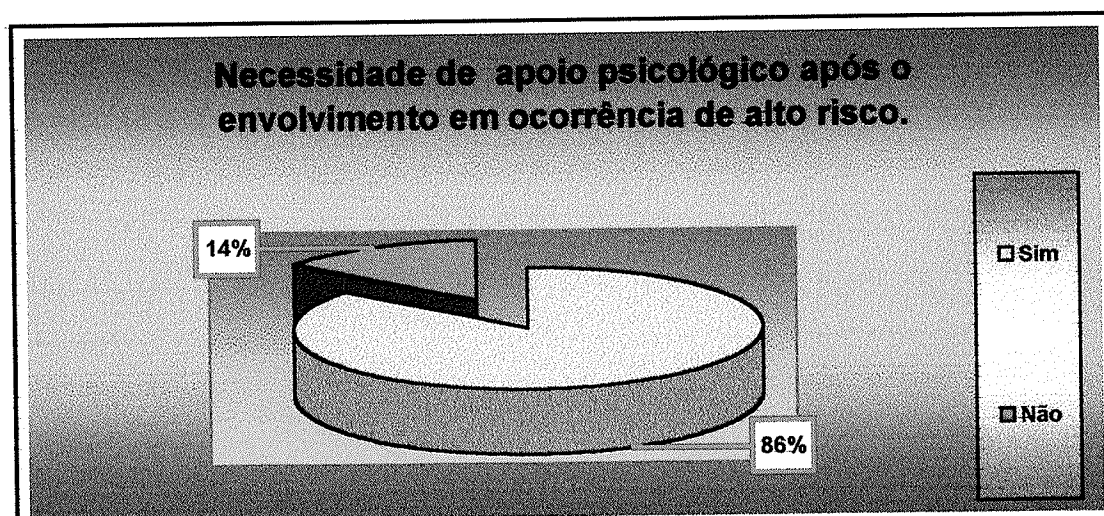
Tabela n.º 14

Necessidade do apoio psicológico, após envolvimento em ocorrência de alto risco, onde ocorra o evento morte.

NECESSIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	350	86%
Não	58	14%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa do autor, junho/99.

Gráfico n.º 14



Fonte: Pesquisa dos autores, junho/99

Na opinião dos Policiais Militares pesquisados o apoio psicológico deve ocorrer, principalmente quando houver morte ou ferimento

grave com seqüelas também graves. 86% acham que sim e somente 14% responderam que não.

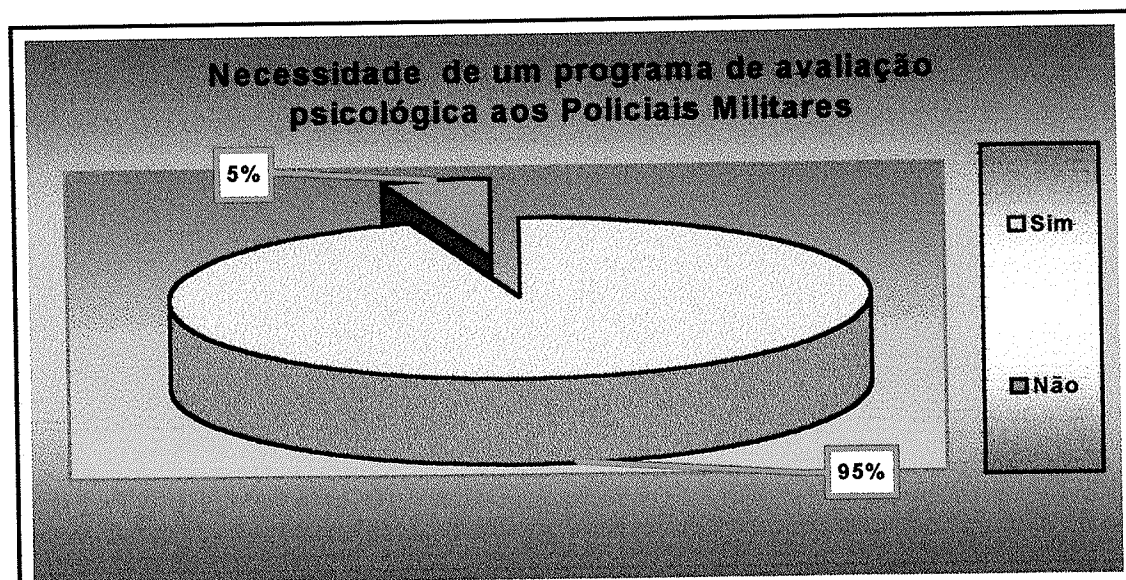
Tabela n.º 15

Necessidade e aceitação, pelos integrantes PM, de um programa de avaliação psicológica dos Policiais que se envolveram em ocorrência de alto risco.

NECESSIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	388	95%
Não	20	5%
TOTAL	408	100%

Fonte: Pesquisa dos autores, junho/99

Gráfico n.º 15



Fonte: Pesquisa dos autores, junho/99

Conforme se observou, 95% dos Policiais pesquisados opinaram favoravelmente pela criação de um programa de avaliação psicológica, destinada a

Policiais Militares que se envolveram em ocorrência de alto risco. Somente 5% dos pesquisados foram contra o envolvimento em ocorrência grave.

5.3. Análise da pesquisa de campo

Com base nos resultados da pesquisa realizada, podemos chegar às seguintes conclusões:

Todos os 408 Policiais Militares pesquisados, já se envolveram em ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo. As alterações comportamentais mencionadas foram as mais variadas possíveis, ou seja, insônia, perda do apetite, agressividade com familiares, stress. Um número bastante significativo de policiais apontaram também outros tipos de problemas, como: pânico no atendimento das ocorrências posteriores, medo de retaliação por parte do marginal ou de seus familiares, sensação de vulnerabilidade, ansiedade e redução da função sexual. Cabe ressaltar, também,

que 45% da amostra responderam que foram afetados por mais de um sintoma.

Verificou-se, também, que a PMGO não tem prestado qualquer tipo de apoio assistencial aos Policiais Militares envolvidos em ocorrência de alto risco. Tal afirmação encontra respaldo nas respostas de 92% dos Policiais pesquisados que admitiram nunca ter recebido qualquer apoio por parte da Instituição. Não bastasse isso, 93% dos Policiais responderam que nem sequer foram procurados por seu comandante, para saber se estava precisando ou não de ajuda.

Verificou-se, ainda, que a grande maioria dos Policiais, num total de 96%, são contra o afastamento da atividade quando ocorrer o evento morte. Eles entendem que o afastamento significa uma punição antecipada. É admitido, contudo, que o afastamento deve ocorrer quando ficar comprovado a existência de seqüelas emocionais no PM. Também entenderam que devem ser afastados todos os PPMM que, logo após o atendimento de uma ocorrência de alto risco, se comportarem de forma agressiva,

apresentarem medo de atuar ou que agirem com excesso de confiança nos próximos confrontos de risco.

Ficou demonstrado, também, que os Policiais ficam mais cautelosos, violentos, temerosos e agressivos após se envolverem em ocorrência de alto risco.

A maioria dos Policiais Militares, num total de 95% da amostra, são favoráveis à criação de um programa de apoio, avaliação e assistência psicológica para todos que se envolverem em ocorrência de alto risco.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados do presente trabalho, concluiu-se que os Policiais Militares da PMGO, especialmente os que trabalham na atividade fim da corporação em Goiânia, estão acometidos das seqüelas e traumas oriundas do atendimento de ocorrências de alto risco com disparo de arma de fogo. As causas que levam o Policial Militar adquirir essas seqüelas são as seguintes:

- ambiente de trabalho hostil e desumano;
- convivência diária com o perigo;
- *convivência diária com a injustiça social, violência urbana etc.;*
- exposição constante ao perigo;
- alta taxa de adrenalina diária;
- convivência diária com a possibilidade de matar ou morrer, dentre outras.

Para se chegar a esta conclusão, foram utilizados os conceitos de ocorrência de alto risco com disparo de arma de fogo e de violência urbana com as suas causas e efeitos, objetivando, assim, mostrar a influência do meio, pois são nas "entrelinhas" da violência e da ocorrência de alto risco que o Policial trabalha e convive no seu dia-a-dia.

Foi comprovado que a tropa que atua na atividade fim sofre com insônia, perda do apetite, agressividade com familiares e outras formas de "stress". Um número bastante significativo de Policiais apontaram, também, outros tipos de problemas, como: pânico no atendimento das ocorrências posteriores, medo de retaliação por parte do marginal ou de seus familiares, sensação de vulnerabilidade, ansiedade e redução da função sexual.

Concluiu-se que a PMGO não dispõe de um programa de assistência, para manter ou restabelecer o equilíbrio emocional do Policial, donde se presume que o homem, atuando com essas alterações, poderá

perder a imparcialidade, podendo, assim, influenciar ou ser influenciado pelo resultado da ocorrência.

Em razão disso, conclui-se pela necessidade premente de se criar um programa assistencial para atuar na recuperação e manutenção do equilíbrio emocional dos Policiais Militares portadores de tais seqüelas.

PROPOSTA

O impacto emocional de incidentes com tiroteios, mortes e lesões corporais graves, tem sido reconhecido internacionalmente, através de diversos estudos, como sendo a mais traumatizante experiência que o Policial pode se deparar em sua carreira (Ib Martins Ribeiro, 1993: 15).

De fato, conforme se observou, no presente trabalho as pesquisas mostraram que todos os Policiais Militares que atuam na atividade fim, em Goiânia, e que tiveram envolvimento com ocorrência de alto risco, com disparo de arma de fogo, apresentaram seqüelas provenientes dessa atuação.

Diante de números tão elevados, percebe-se a necessidade de se criar uma cultura de prevenção, de forma que se possa evitar colocar o Policial doente emocionalmente para trabalhar. É importante ter em mente que o Policial portador de tais seqüelas poderá trazer conseqüências comprometedoras não só para si, mas também para o serviço que não será

executado nos moldes desejados, para a Corporação e para a sociedade.

A Polícia Militar do Estado de Goiás não dispõe de um programa de assistência para manter ou restabelecer o equilíbrio emocional do Policial, por isso, apesar de todos esses sintomas, os Policiais Militares continuam trabalhando, sem receber qualquer tipo de ajuda.

Sugere-se, portanto, a criação de um programa assistencial voltado para atuar na recuperação e manutenção do equilíbrio emocional dos Policiais Militares portadores de tais seqüelas. Essa necessidade foi verificada como sendo, também, um anseio dos próprios Policiais Militares envolvidos na pesquisa, haja vista que, na sua quase unanimidade, manifestaram-se favoravelmente.

Ademais, a criação de um programa para o afastamento e acompanhamento de Policiais Militares envolvidos em ocorrências de alto risco com disparo de arma de fogo, é justificada, também, pela responsabilidade e pelo respeito que a Corporação obrigatoriamente precisa ter, pelos seus integrantes

e, sobretudo, pela sociedade que, a cada dia, precisa e exige mais dos seus serviços.

Posto isto, propõem-se que seja nomeada uma comissão, composta por profissionais da área de saúde, com a finalidade de avaliar e promover estudos, visando à criação de um programa assistencial para os Militares portadores de seqüelas emocionais oriundas do serviço.

Como sugestão propõem-se ainda o seguinte:

- que esse programa tenha a finalidade de promover, não o afastamento automático de todos os envolvidos em ocorrências graves, mas, sim, daqueles que apresentarem desvios significativos de conduta, apurados através de exames psicológicos associados com a sua história profissional de envolvimento em outras ocorrência ou de problemas disciplinares;

- a contratação de profissionais da área, com a finalidade de permanecer nas unidades em tempo integral junto ao Policial realizando estudo, avaliação e propondo alternativas ao diretor de recursos humanos da OPM;

- inclusão da disciplina de controle de "Stress" no Estágio de Atualização Operacional-EAO, realizado na Academia de Polícia Militar de Goiás;

- que se faça constantes levantamento junto à Corregedoria Geral da PMGO com o objetivo de detectar os Policiais Militares que, em curto espaço de tempo, tenham sido sindicados ou indiciados mais de uma vez, visando promover a sua avaliação, assistência e até mesmo o seu afastamento, se for o caso;

- que, nos casos de afastamento, o período não seja superior a 45 dias, objetivando fazer com que o Policial o veja como uma necessidade e não como um castigo.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Agressividade - Conselho Regional de Psicologia 6ª Região e Sindicato dos Psicólogos de S. Paulo. **Psicologia no ensino de 2º grau - uma proposta emancipadora.** São Paulo: Edicon, 1986.

MEIRELES, Amauri. Síndrome da violência urbana, **O Alferes**, Polícia Militar de Minas Gerais, n. 7, p. 95 - 111, 1985.

RIBEIRO, Ib Martins. Índice alarmante de suicídio na PM de São Paulo. **Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, p. 29 - 36, maio 1993.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social.** 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ROMANO, Ana Silvia Penteado Fiore. **Levantamento das fontes de stress ocupacional de soldados da Polícia Militar e o nível de stress por elas criado: uma proposta de um programa de curso de controle do stress específico para a Polícia Militar.** São Paulo, PUC- Campinas, 1989. Dissertação .Mestrado em Psicologia Clínica. mimeo.

- SEIXAS, Pedro da Silva. A violência Policial Militar no contexto da violência urbana. **O Alferes**, Minas Gerais, a. 5. n. 12, p. 77 - 90, 1987.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Violência urbana e organização social no Brasil. **Revista Polícia Militar Estado e Sociedade**, Belo Horizonte, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, p. 1-6, 1992.
- SILVA, Maria José. **O Popular.**, Goiânia, edição 28 jun. Caderno Polícia, p.10.
- SOLOMON, Roger M. Trauma pós-tiroteio. **Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. p. 29 - 36,. maio 1993.
- SOUZA, João Bosco de Almeida. Polícia investe no combate ao estresse em suas fileiras **Jornal a Gazeta**, Cuiabá-MT, ed. 23 abril, 1999.
- VIOLANTI, John M. Padrões do estresse no trabalho policial. **Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p. 19 - 27, maio 1993.
- ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. **Tipos psicológicos jungianos e escolha profissional. Uma investigação com policiais militares da cidade de São Paulo.** São Paulo: Instituto de

Psicologia/PUC-SP, 1994. Tese de Doutorado em
Psicologia Social.

ANEXO I

MODELO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS/99

Este questionário tem por finalidade levantar informações que servirão de subsídios para a elaboração de trabalho técnico científico como requisito final para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/1999, na Academia de Polícia Militar de Goiás.

Para que o presente trabalho possa espelhar a realidade do assunto pesquisado, é necessário que suas respostas sejam as mais honestas e verdadeiras possíveis.

Não é necessário a sua identificação

1. Qual a sua idade?

18 a 25 anos 26 a 32 anos 33 a 37 anos
 mais de 38 anos

2. Qual o seu tempo de serviço na Corporação?

até 5 anos de 6 a 10 anos 10 a 15 anos mais de 15 anos

3. Há quanto tempo você atua na atividade fim da Corporação?

até 5 anos de 6 a 10 anos 10 a 15 anos mais de 15 anos

4. Você já se envolveu ou participou do atendimento de ocorrência na qual houve confronto armado com marginais, resultando morte ou ferimento grave?

sim não

5. Quais as alterações verificadas no seu comportamento após envolver-se em tais ocorrências?

insônia perda do apetite estresse excessivo
 agressividade com familiares outros (especificar) _____

6. Na sua opinião, o apoio dispensado pela Corporação ao Policial Militar que se envolveu em ocorrência de natureza grave com disparo de arma de fogo é:

ruim bom ótimo não sabe

7. Após se envolver em ocorrência de natureza grave com disparo de arma de fogo você:

a) recebeu apoio psicológico por parte da Corporação?

sim não

b) foi procurado pelo seu Comandante ou por qualquer outro Oficial de sua unidade para oferecer-lhe ajuda ou para saber como estava seu estado psicológico?

sim não

c) foi afastado da atividade fim para receber ajuda e/ou acompanhamento psicológico?

sim não

d) mudou a forma de atuação para as ocorrências seguintes ficando:

mais cauteloso mais agressivo mais violento mais temeroso. Explicar _____

e) no caso de confronto armado, quando existir o evento morte, o afastamento da atividade fim deve ocorrer?

sim não

f) quais as situações que justificaria o afastamento da atividade-fim após o envolvimento em ocorrência de alto risco?

seqüela emocionais agressividade excessiva
 medo dos próximos confrontos excesso de confiança

8. Na sua opinião o apoio psicológico, como forma de auxílio a policiais militares que se envolveram em ocorrências em que houve morte, é necessário?

sim não Por que? _____

9. Na sua opinião seria bem aceito no seio da Corporação a implantação de um programa de apoio psicológico a policiais militares que se envolveram em tais ocorrências?

sim não. Porque? _____